RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

ANO: 2021

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO 2
2. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA 2

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO 2

A. DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO 2
B. ESTRUTURA ACIONISTA 13
I. ESTRUTURA DE CAPITAL 13
II. PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS 14
C. ORGÃS SOCIAIS E COMISSÕES: 15
I. Assembleia Geral 16
a) Composição da mesa da Assembleia Geral 16
b) Exercício do direito de voto 16
II. Conselho de Administração 17
a) Composição 17
b) Funcionamento 23
III. Fiscalização 30
a) Composição 30
b) Funcionamento 32
c) Competências e Funções 33
IV. AUDITOR EXTERNO 34
V. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 35
VI. REMUNERAÇÕES 36
VII. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS 38

ANEXO I – CURRICULUM VITAE MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ANEXO II – PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa divulgar a estrutura e as práticas de governo societário adotadas pela Caixa, bem como o grau de acolhimento das recomendações previstas no Código de Governo Societário das Instituições Financeiras, Aviso nº 6/2017 e no Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários.

O relatório é elaborado em conformidade com o Aviso 7/2017 que estabelece regras precisas relativas ao conteúdo e estrutura.

2. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei 62/VIII/2014 que regula a atividade das instituições financeiras (LAIF);
- Decreto legislativo nº 1/2012 que aprova o Código de Mercado de Valores Mobiliários;
- Regulamento nº 1/2016 de 06 de Maio de 2016, da AGMVM, sobre o Relatório anual de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à negociação em Mercado;
- Aviso nº 6/2017 de 7 de setembro – Código de Governo Societário das Instituições Financeiras;
- Aviso nº 7/2017 de 7 de setembro – Relatório anual de Governo Societário;

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Recomendações Código do Governo das IF's e Cód.MVM	Declaração de Acolhimento	Informação remissiva para o Relatório de Governo
Informação		
A sociedade deve constituir uma estrutura organizativa que assegure, de forma rigorosa e atempada, a divulgação de informação aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Acolhe	Ponto 25
O Conselho de Administração, o órgão de fiscalização e eventuais comissões societárias constituídas para apoio dos órgãos sociais devem dispor de regulamentos internos.	Acolhe	Ponto 26, 31 e 37, Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal, respetivamente;
As instituições financeiras devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações sobre a sua evolução dos seus indicadores económicos, financeiros e de governo societário, nomeadamente: **a)** Relatórios e contas da instituição referentes aos dois últimos anos; **b)** Curricula vitae dos administradores em funções da instituição financeira; **c)** os regulamentos internos dos órgãos sociais e de comissões societárias; **d)** a composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das comissões societárias; **e)** as convocatórias das assembleias gerais e as propostas apresentadas nas assembleias; **f)** Políticas internas adotadas pela instituição financeira; **g)** Relatórios de avaliação de adequação e demais informação preparatória da Assembleia Geral.	Acolhe a) b) c) d) e) f)	
Informação financeira e Auditoria		
O órgão de fiscalização deve estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o auditor externo ou contabilista certificado e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.	Acolhe	Ponto 37 e 40;
As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos.	Acolhe	Ponto 44

O regulamento interno da sociedade deve fazer depender de autorização do órgão de fiscalização a prestação de serviços diversos de auditoria pelo auditor ou por outra entidade que integre a mesma rede.	Acolhe	Ponto 40
Conflitos de interesses		
A sociedade deve prever mecanismos eficazes para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade.	Acolhe	Pontos 48 - 50
Os administradores devem comunicar ao Conselho de Administração todas as transações relativas a valores mobiliários emitidos pela sociedade, bem como, relativas a instrumentos financeiros com estes relacionados, feitas por si ou por qualquer pessoa estreitamente relacionada, designadamente, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto, descendentes a seu cargo e outros familiares que com ele coabitem há mais de um ano e, bem assim, por qualquer outra entidade que seja, direta ou indiretamente, dominada por si, constituída em seu benefício ou de que seja administrador.	Acolhe	Código de Ética e Política de Conflito de Interesses;
As transações entre partes relacionadas devem ser aprovadas, negociadas e executadas de modo a assegurar a gestão adequada de potenciais conflitos de interesses, bem como a proteção dos interesses do emitente e dos seus acionistas.	Acolhe	Ponto 48
Orgânica e modelo de governo		
A sociedade deve proceder anualmente a uma avaliação dos órgãos sociais e do desempenho individual dos seus membros.	Acolhe em parte	Pontos 29 - não há critérios predefinidos para avaliação do desempenho dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, no entanto, é realizada apreciação geral da administração (executivos e não executivos) e fiscalização na Assembleia Geral de aprovação das contas.
As sociedades devem proceder anualmente a uma avaliação das opções tomadas em matéria de modelo de governo societário e de estrutura orgânica interna.	Acolhe em parte	Não há evidência, mas há avaliação empírica na medida em que são identificados pontos de melhoria à adequação do bom governo

O Conselho de Administração deve constituir no seu seio as comissões especializadas que entenda necessárias para a avaliação, definição, acompanhamento, supervisão ou fiscalização de matérias ou de áreas de gestão específicas, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de remunerações e avaliação do desempenho, nomeações de quadros dirigentes e desempenho do órgão de administração executivo.	Acolhe	Ponto 31, 33, 53 e 55, embora falta definir os critérios para avaliação do desempenho do órgão de administração executiva;
A sociedade deve dispor de um sistema de controlo interno eficaz e adequado à sua dimensão, complexidade e riscos que afetam a sua atividade.	Acolhe	Pontos 55 - 58
O regulamento do Conselho de Administração deve prever que em caso de conflito de interesses, o membro do Conselho de Administração que se encontrar em conflito deve informar previamente a sociedade sobre a existência de conflito e deve descrever a natureza e extensão de tal interesse e, caso este seja substancial, abster-se de participar em qualquer reunião em que decorra a discussão ou a votação de qualquer proposta que a esse conflito de interesses diga respeito, sem prejuízo da observância de outras normas legais ou regulamentares sobre conflito de interesses.	Acolhe	
As sociedades devem promover uma relação de equilíbrio no que se refere ao género dos membros dos órgãos sociais, comprometendo-se a incluir pelo menos 30% do género sub-representado nos órgãos sociais.	Acolhe	Ponto 23 6 dos 14 membros dos órgãos sociais são do sexo feminino;
A sociedade promove os melhores esforços para que os Estatutos, regulamentos, demais documentos reguladores da vida da sociedade e as práticas adotadas sejam alterados, de modo que a inclusão de candidatos em listas a submeter a votação em assembleia - geral por sócios, ou a apresentação de candidatos para designação pelo órgão de administração e fiscalização seja obrigatoriamente precedida de um processo de seleção e avaliação.	Acolhe	Política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização aprovada 26 de fevereiro de 2021;
Os membros do órgão de administração e fiscalização têm o dever de comunicar imediatamente à sociedade qualquer facto superveniente à sua designação que altere ou possa alterar – segundo uma apreciação razoável – a avaliação da sua aptidão individual, idoneidade, experiência, competência e conhecimentos, disponibilidade ou adequação às funções atribuídas.	Acolhe	Código de Ética
Fiscalização		

Pelo menos metade dos membros do órgão de fiscalização, o presidente inclusive, deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Acolhe	Ponto 35
O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da instituição, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Acolhe	Ponto 40
O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Acolhe	Ponto 41
O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à instituição (compliance), e deve ser destinatário dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Acolhe	Ponto 40
Os membros do órgão de fiscalização devem possuir a experiência e qualificação profissional necessárias ao exercício das suas funções, tendo em conta a responsabilidade subjacente ao exercício das competências que lhes são atribuídas, a complexidade da atividade da sociedade e a respetiva dimensão.	Acolhe	Ponto 36
O órgão de fiscalização deve incluir pelo menos um membro que seja auditor ou contabilista certificado.	Acolhe	Ponto 36
Relações entre órgãos		
O regulamento do Conselho de Administração deve prever que os titulares dos órgãos da sociedade têm o poder de exigir informações sobre a atividade da sociedade aos demais titulares do mesmo órgão e aos demais órgãos da sociedade, na medida em que se revelem necessárias ou convenientes para o pleno exercício das suas competências.	Acolhe	
O regulamento do Conselho de Administração deve prever que os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridos.	Acolhe	

O regulamento do Conselho de Administração deve prever que até à sua divulgação pública, nos termos da lei, todos os membros dos órgãos sociais, colaboradores, acionistas, prestadores de serviços e demais pessoas que tenham tido acesso a informação privilegiada devem guardar estrita confidencialidade, independentemente da natureza do vínculo existente com a sociedade.	Acolhe	
Assembleia-geral e participação acionista		
A sociedade deve incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas Assembleias Gerais.	Acolhe	
O Presidente e, caso exista, o Vice-Presidente da mesa da assembleia-geral devem ser independentes.	Acolhe	Com a recomposição da mesa em 2020, todos os membros nomeados são independentes;
Administração		
O órgão de administração deve delegar a administração corrente da instituição financeira e cada administrador executivo deve ser encarregado especificamente de determinadas matérias.	Acolhe	Ponto 25
O órgão de administração deve aprovar um regulamento interno relativo ao seu funcionamento incluindo o da comissão executiva.	Acolhe	Ponto 26
O órgão de administração deve assegurar que a instituição financeira atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: (i) definir a estratégia e as estratégias políticas gerais da sociedade; (ii) definir a estrutura empresarial do grupo; (iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Acolhe	
O Regulamento do órgão de administração deve prever que o exercício, pelos administradores executivos, de funções executivas em sociedades fora do grupo seja previamente autorizado pelo próprio órgão de administração ou pelo órgão de fiscalização.	Acolhe	
O órgão de administração de instituições de crédito deve incluir pelo menos dois membros executivos residentes.	Acolhe	
O órgão de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Acolhe	Ponto 20

Entre os administradores não executivos devem contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado. Considera-se para este efeito como independente o administrador que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b) Ter, nos últimos três anos, prestados serviços ou estabelecida relação comercial significativa com a sociedade ou com a sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Acolhe	Ponto 21 – 2 dos 4 administradores não executivos são independentes;
Se o presidente do órgão de administração exercer funções executivas, este órgão deve indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não aplicável	
As instituições financeiras devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros do órgão de administração, adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como independência, integridade, experiência e competência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na sua composição.	Acolhe	Ponto 23
Remuneração		

Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Acolhe	Pontos 52 e 53
A declaração sobre a política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização deve indicar, nomeadamente: a) Identificação e explicitação dos critérios utilizados para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Acolhe	Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração, de fiscalização e colaboradores relevantes, aprovado 26 de fevereiro de 2021;
A sociedade deve adotar uma política de remunerações que assegure o alinhamento de interesses dos administradores e demais dirigentes com o interesse da sociedade e que seja baseado no desempenho efetivo, desincentivando a assunção excessiva de riscos.	Acolhe em parte	Apesar de aprovado a Comissão de Remuneração, a Política de Remuneração e a Política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, não foram definidos os critérios de avaliação de desempenho;
A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da instituição financeira ou do seu valor.	Acolhe	
A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Acolhe em parte	falta fixar os limites máximos
Uma parte significativa da remuneração variável, não inferior a 30% deve ser diferido por um período não inferior a três anos, e o direito ao recebimento da componente diferida deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não aplicável	
Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a instituição financeira encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Acolhe	

As sociedades devem divulgar no relatório sobre o governo das sociedades a remuneração dos administradores executivos, os planos existentes de distribuição de ações e os traços gerais dos sistemas de benefícios de reformas.	Acolhe	
Controlo Interno		
O órgão de administração da instituição financeira deve assegurar a existência de recursos materiais e humanos suficientes e adequados para a execução das funções e tarefas inerentes ao sistema de controlo interno e promover as necessárias ações de formação em matéria de controlo interno.	Acolhe	
Para acautelar a independência do sistema de controlo interno, os responsáveis pelas áreas de auditoria interna, controlo de cumprimento e gestão de riscos devem reportar hierarquicamente a um administrador sem pelouro nas áreas supervisionadas.	Acolhe	O GAI reporta funcionalmente ao Conselho de Administração e hierarquicamente ao Presidente da Comissão Executiva, e não dispõe de qualquer responsabilidade operacional ou autoridade sobre as atividades auditadas;
As instituições financeiras devem prever mecanismos internos de denúncia de irregularidades que prevejam uma proteção adequada para os denunciantes de boa-fé.	Acolhe	Política de Canais de Denúncia
Assembleias de obrigacionistas		
As entidades emitentes de obrigações e outros valores mobiliários representativos de dívida asseguram e suportam os custos relativos aos meios humanos, técnicos e materiais adequados à realização das assembleias de obrigacionistas e ao cabal desempenho das competências do representante comum dos obrigacionistas.	Não aplicável	
As deliberações da assembleia de obrigacionistas sobre propostas de concordata e de acordo de credores, assim como de autorização do representante comum para a propositura de ações judiciais, bem como, quaisquer outros assuntos relativos ao exercício dos direitos decorrentes da titularidade de obrigações perante a sociedade emitente são aprovados, em primeira convocação, por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação, por dois terços dos votos emitidos.	Não aplicável	
Representante comum dos obrigacionistas		

O representante comum dos obrigacionistas deve ser independente em relação à sociedade emitente, o que se considera não acontecer quando beneficie ou tenha beneficiado de vantagens particulares da sociedade, quando tenha estabelecido uma relação comercial significativa com a sociedade ou com outra que, com esta, se encontre em relação de domínio ou de grupo ou quando esteja vinculado a interesses de empresa concorrente.	Não aplicável	
O representante comum dos obrigacionistas informa a assembleia de obrigacionistas de qualquer facto superveniente que gere ou possa vir a gerar uma situação em que a prossecução do interesse comum dos obrigacionistas conflitue com um interesse próprio, ou com um interesse de pessoa ou entidade com ele vinculado.	Não aplicável	
Nos casos indicados no ponto 10.2, o representante comum dos obrigacionistas não pode atuar em representação dos obrigacionistas até que a assembleia de obrigacionistas o autorize, em primeira convocação, por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação, por dois terços dos votos emitidos.	Não aplicável	
O representante comum dos obrigacionistas prossegue o interesse comum dos obrigacionistas e exerce as suas competências assegurando a igualdade de tratamento dos obrigacionistas.	Não aplicável	
Apenas em casos excecionais pode o representante comum dos obrigacionistas promover formas de exercício dos direitos decorrentes da titularidade de obrigações que privilegiem um ou mais obrigacionistas. Esta faculdade, bem como a prossecução simultânea de interesses particulares de obrigacionistas, depende de autorização por deliberação maioritária da assembleia de obrigacionistas, em que o obrigacionista relevante não pode votar e que deverá contar com o voto favorável dos obrigacionistas afetados.	Não aplicável	

3. Fundamentação do Não Acolhimento

No quadro precedente estão identificadas as recomendações constantes do Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, bem como as decorrentes do Código de Governo das Instituições Financeiras, indicando-se entre elas as que foram adotadas pela Caixa e as que não foram. De realçar que, o Conselho de Administração, ciente da responsabilidade, importância e necessidade da Caixa dispor de um bom governo, bem como, um sistema de controlo interno adequado e proporcional às suas atividades, à dimensão e complexidade da sua organização, à gestão dos riscos a que se encontra exposta e à complexidade do mercado onde opera, em observância do disposto na Lei de Bases do Sistema Financeiro e na legislação e regulamentação complementares, desenvolveu várias iniciativas, designadamente:

- Com objetivo de garantir uma proporção adequada de administradores não executivos independentes, na Assembleia Geral de 26 de fevereiro de 2021, procedeu-se a recomposição dos membros dos órgãos sociais;
- Ainda, com vista a reforçar o quadro normativo relativo às regras e práticas do governo societário, foram aprovadas na Assembleia Geral de 26 de fevereiro de 2021 (i) a Política de Remuneração dos membros do órgão de administração, do órgão de fiscalização, bem como, dos colaboradores relevantes e (ii) a Política de Seleção e Avaliação dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização;
- Na sequência da recomendação I.2.4. do aviso do BCV nº 6/2017, o Conselho de Administração de liberou sobre a criação das comissões de Auditoria, Conflito de Interesses, Gestão de Risco e Compliance, estabelecendo as regras de funcionamento e respetivas composições, publicada em Ordem de Serviço com entrada em vigor dos mesmos no dia 04-01-2021.

Assim, sobre as recomendações ainda marcadas como não acolhidas, não significa que existe uma decisão de não acolhimento, mas sim estão em curso iniciativas com vista a formalização das evidências do acolhimento, pelo que neste âmbito, é firme a determinação do Conselho de Administração, a adequação dos regulamentos internos e demais instrumentos de gestão da Caixa aos princípios e recomendações do Códigos de Governo Societário, que constitui aliás um instrumento central para a afirmação das boas práticas de governo societário.

4. Informações Adicionais

Não há.

B. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

5. Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa;

A 31 de Dezembro de 2021 o capital social da Caixa era de 1.392.000.000 (mil trezentos e noventa e dois milhões de escudos), totalmente subscrito e realizado, representado por 1.392.000 ações, com o valor nominal de 1.000 escudos cada, estando a totalidade das ações cotadas em bolsa.

Em 31/12/2021 a Caixa apresentava a seguinte estrutura acionista:

Entidade	Nº Ações	Ações Cotadas	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200	657.200	47,21%
Estado de Cabo Verde	381.904	381.904	27,44%
Correios de Cabo Verde	210.749	210.749	15,14%
Outros Subscritores e Trabalhadores	142.147	142.147	10,21%
TOTAL	**1.392.000**	**1.392.000**	**100,00%**

6. Eventuais restrições á transmissibilidade das ações;

Os estatutos da Caixa não estabelecem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações. As ações são livremente transmissíveis.

7. Ações próprias;

A Caixa não dispõe de ações próprias;

8. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas estatutárias que prevê a limitação do número de votos emitidos por um único acionista;

Os estatutos da Caixa não preveem limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista.

9. Acordos significativos em caso de mudança de controlo;

Não existem acordos significativos dos quais a Caixa faça parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade.

10. Acordos parassociais;

Não existem.

II. PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

11. Participações qualificadas no capital social:

Titulares de participações qualificadas	Nº Ações	% capital social	% direito de votos	Fonte
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200	47,21%	47,21%	Caixa
Estado de Cabo Verde	381.904	27,44%	27,44%	Caixa
Correios de Cabo Verde	210.749	15,14%	15,14%	Caixa

12. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização;

Em 31 de Dezembro de 2021, nenhum dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização detinha participação no capital social da Caixa.

13. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade;

Titulares de participações qualificada	Relações Comerciais
Instituto Nacional de Previdência Social	Títulos em Carteira
	Depósitos
	Protocolo de concessão de crédito aos Trabalhadores do INPS, em condições especiais, destinado a: aquisição, construção, recuperação e beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente; Aquisição de terreno para construção de habitação própria permanente;
	Contrato de Gestão da carteira de crédito cedido pelo Novo Banco ao INPS, no âmbito da medida de resolução aplicada ao Novo Banco;
Estado de Cabo Verde	Protocolo do Ecossistema de financiamento à economia;
Correios de Cabo Verde	Títulos em Carteira
	Depósitos
	Protocolo de prestações de serviços – abertura de contas, operações de levantamentos e depósitos, pagamento de vencimentos e pensões, venda de impressos (estações dos correios do Plateau, S Domingos e Ponta do Sol);
	Concessão de crédito aos Trabalhadores dos Correios em condições preferenciais.

14. **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações do aumento de capital;**

Nos termos do art. 18º dos estatutos, compete ao Conselho de Administração, além do que resultar da lei:

a. Administrar e gerir a Caixa, para o que dispõe dos mais amplos poderes, e efetuar todas as operações e realizar todos os atos relativos ao seu objeto;
b. Aprovação dos planos estratégicos e de Negócios;
c. Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens ou direitos, de valor igual ou inferior a 35% do capital social, podendo através da competência delegada pela assembleia geral, adquirir, onerar e alienar imóveis de valor superior ao atrás referido;
d. Autorizar a realização de investimentos de valor igual ou inferior a 35% do capital social;
e. Representar a Caixa em juízo e fora dele, podendo confessar, desistir, transigir e comprometer-se em árbitros;
f. Nomear uma comissão executiva, que perante ele responde, constituída por três dos seus membros, um dos quais designará para Presidente, determinando os respetivos poderes;
g. Constituir e destituir mandatários e procuradores, conferindo-lhes poderes para a prática de determinados atos ou categorias de atos, definindo os poderes conferidos e a duração dos mandatos.

O aumento do capital é da competência da Assembleia Geral, nos termos da alínea e) do art.º 13 dos estatutos da Caixa. Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral, pode o Conselho de Administração deliberar aumentos do capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite de 1.750.000.000$00 (mil setecentos e cinquenta milhões de escudos), conforme dispõe o art.º 7 dos estatutos. A Assembleia Geral, deliberando com a maioria de dois terços pode renovar os poderes conferidos ao Conselho de Administração nesta matéria.

C. ORGÃS SOCIAIS E COMISSÕES:

São órgãos sociais da Caixa os seguintes:

- Assembleia Geral
- O Conselho de Administração
- O Conselho Fiscal

I. Assembleia Geral

a) Composição da mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito a voto, sendo vedada a presença de quaisquer outras pessoas, exceto os membros Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, da respetiva mesa e as pessoas devidamente autorizadas pelo Presidente da mesa, ainda que não possam votar.

15. Identificação, cargo e mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral;

Cargo	Identificação
Presidente	Raquel Helena Lopes Spencer Medina
Vice-Presidente	Zilmar Darilson Silva Lopes
Primeiro Secretário	Dulce Sofia Dupret Fonseca

Mandato - 4 anos, a partir julho de 2020

b) Exercício do direito de voto

A cada cinquenta (50) ações corresponde um voto na Assembleia Geral. Os acionistas, cujas ações não atinja este número, podem agrupar-se de modo a perfazerem em conjunto o número de ações necessárias ao exercício do direito de voto, constituindo um representante comum.

16. Eventuais restrições em matéria de direito de voto,

De acordo com o artigo 12º dos estatutos da Caixa, só podem participar da Assembleia Geral os acionistas que tiverem averbado em seu nome pelo menos cinquenta ações no livro de registo da Caixa, até quinze dias antes da data marcada para a reunião e, tratando-se de ações ao portador devem permanecer registadas em nome dos acionistas pelo menos até ao encerramento da reunião.

17. **Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem numa relação de domínio ou de grupo;**

Os estatutos da Caixa não preveem limitação da percentagem máxima dos direitos de votos;

18. **Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, além das legalmente previstas;**

O nº 5 do artigo 14º dos estatutos da Caixa estipula que as decisões sobre modificação, fusão e dissolução da sociedade apenas são aprovadas com maioria qualificada de, pelo menos, dois terços do capital;

II. Conselho de Administração

a) Composição

19. **Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração;**

Embora os estatutos da Caixa não preveem regras procedimentais e materiais sobre a nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração, o regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e Comissão Executivo, nos artigos 2º e 3º, define os procedimentos de substituição dos membros;

20. **Composição do Conselho de Administração, número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de efetivos, data da primeira designação e do termo de mandato de cada membro;**

O artigo 17º dos estatutos da Caixa estipula que a administração da Caixa é confiada a um Conselho de Administração composto por um presidente, um vice-presidente, mais três a sete outros administradores, sendo o presidente e o vice-presidente nomeados pela Assembleia Geral. O nº 1 do artigo 11º, por sua vez estabelece que os membros dos órgãos sociais são eleitos por mandatos de quatro anos, sendo permitida reeleição.

- **Membros do Conselho de Administração:**

1. Presidente - Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira
   - ✓ Data da nomeação: 10/07/2020
   - ✓ Término do mandato: 31/12/2023

2. Vice-Presidente - Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira
   - ✓ Data da nomeação: 10/07/2020
   - ✓ Término do mandato: 31/12/2023

3. Vogal - António Carlos Moreira Semedo
   - ✓ Data da nomeação: 10/07/2020
   - ✓ Término do mandato: 31/12/2023

4. Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos
   - ✓ Data da nomeação: 10/07/2020
   - ✓ Término do mandato: 31/12/2023

5. Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre
   - ✓ Data da nomeação: 10/07/2020
   - ✓ Término do mandato: 31/12/2023

6. Vogal - Domingos Veiga Mendes
   - ✓ Data da nomeação: 26/02/2021
   - ✓ Término do mandato: 31/12/2023

7. Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo
   - ✓ Data da nomeação: 10/07/2020
   - ✓ Término do mandato: 31/12/2023

21. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, identificação dos membros não executivos considerados independentes;

- **Membros executivos do Conselho da Administração**

Vogal - António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

- **Membros não executivos do Conselho da Administração**

Presidente - Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente - Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal - Domingos Veiga Mendes

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

- **Membros não executivos Independentes do Conselho da Administração**

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Domingos Veiga Mendes

22. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração;

1. Presidente - **Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira**
   - ✓ Doutor em Economia, área de Concentração em Economia Aplicada
   - ✓ Mestre em Economia, Especialidade em Finanças Internacionais
   - ✓ Licenciado em Ciências Económicas
   - ✓ Diretor de Prospetivas, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas do Ministério das Finanças
   - ✓ Presidente do Conselho Técnico e Científico do Observatório do Mercado de Trabalho
   - ✓ Docente no ISCJS - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

2. Vice-Presidente - **Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira**
   - ✓ Mestre em Gestão Global
   - ✓ Pós-graduação em Gestão de Empresas
   - ✓ Licenciada em Economia
   - ✓ Foi Administradora da Garantia, seguros
   - ✓ Presidente do INPS, desde 01 de outubro de 2017

3. Vogal - **António Carlos Moreira Semedo**
   - ✓ Licenciado em Administração e Gestão de Empresas
   - ✓ Administrador do Banco Interatlântico (2008-2016)
   - ✓ Administrador da Caixa (1994 – 2008)

4. Vogal - **Célia Maria Barreto dos Santos**
   - ✓ Pós-graduação em Gestão e Finanças Empresariais
   - ✓ Licenciado em Economia
   - ✓ Diretora Administrativa e Recursos Humanos da Caixa (2011-2015)
   - ✓ Assessora do Conselho de Administração (2015-2016)

5. Vogal - **Antão Miguel de Morais Lima Chantre**
   - ✓ Pós-graduação em Gestão de Segurança de Sistema de Informação
   - ✓ Licenciado em Engenharia Informática
   - ✓ Diretor Geral de SISP (2011 – 2016)

6. Vogal - **Domingos Veiga Mendes**
   - ✓ Mestre em Economia
   - ✓ Licenciado em Economia
   - ✓ Docente no ISCJS - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

7. Vogal - **Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo**
   - ✓ Pós-graduação em Direito Bancário
   - ✓ Licenciada em Direito
   - ✓ Presidente do ISCJS - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
   - ✓ Exerce Advocacia no escritório "Advogados & Jurisconsultos"

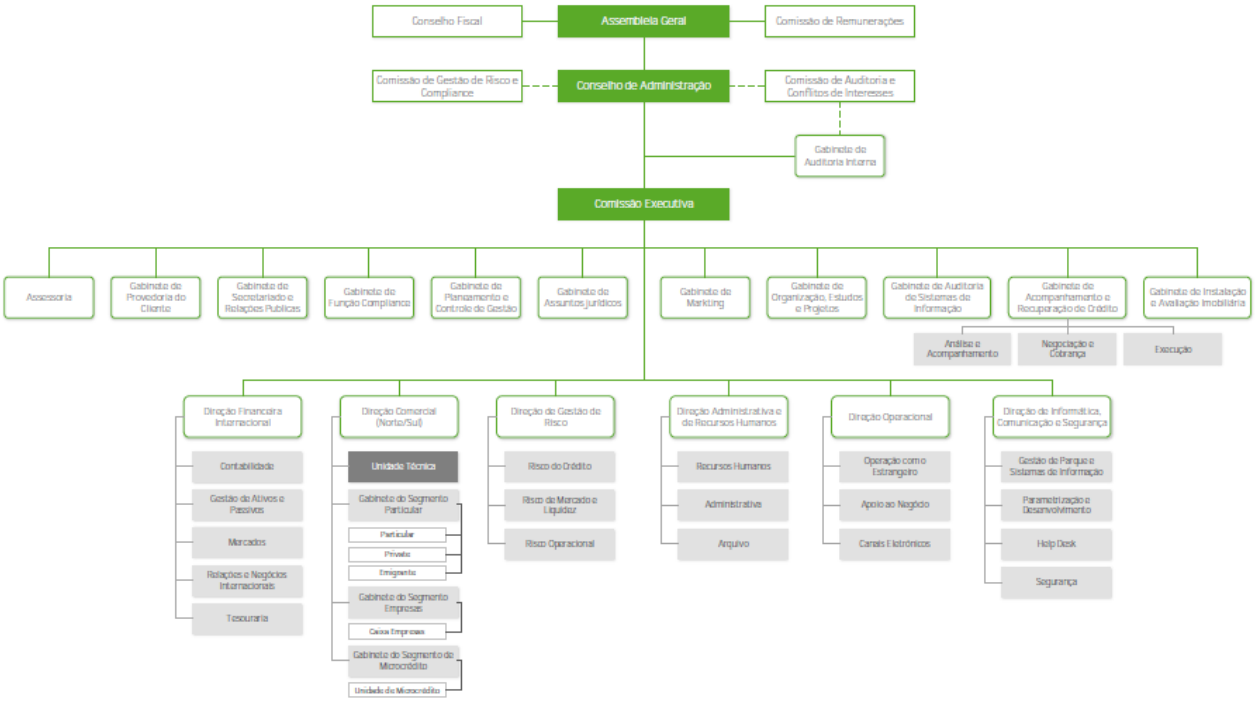
23. Política da Caixa quanto a diversidade de género na composição dos órgãos sociais;

No âmbito do aviso 04/2019, o Conselho de Administração da Caixa aprovou em Assembleia Geral de 26 de fevereiro de 2021 a Política de Seleção e Avaliação dos Membros dos Orgãos de Administração e de Fiscalização que estabelece a proporção de pessoas, do mesmo sexo, designadas para o órgão de administração e para o órgão de fiscalização, não pode ser inferior a 33,3%.

24. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas com participação qualificada superior a 2%;

Cargo	Identificação Membros CA	Relações familiares, profissionais e comercias significativas e habituais
Presidente - Não executivo	Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira	Diretor de Prospetivas, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas do Ministério das Finanças, Presidente do Conselho Técnico e Científico do Observatório do Mercado de Trabalho e representante do Estado no CA da Caixa
Vice-Presidente - Não executivo	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira	PCE do INPS e representante do INPS no CA Caixa
Vogal - Executivo	António Carlos Moreira Semedo	É quadro de Caixa
Vogal - Executivo	Antão Miguel de Morais Lima Chantre	Inexistente
Vogal - Executivo	Célia Maria Barreto dos Santos	É quadro de Caixa
Vogal - Não executivo	Domingos Veiga Mendes	Inexistente
Vogal - Não executivo	Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo	Inexistente

Organograma e mapas funcionais relativos a repartição e delegação de competências;



Nos termos do nº 4 do artigo nº 7 do Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, é aprovada a seguinte distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva:

I. **Presidente, Dr. António Carlos Moreira Semedo**

- Direção Administrativa e Recursos Humanos
- Direção Financeira e Internacional
- Direção Comercial (Norte e Sul)
- Gabinete de Auditoria Interna
- Gabinete de Auditoria de Sistemas de informação
- Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- Relações com o BCV, correspondentes e outras Instituições
- Coordenação da implementação Plano Estratégico

II. **Administradora, Dra. Célia Maria Barreto dos Santos**

- Direção de Gestão de Riscos
- Gabinete de Organização, Estudos e Projetos
- Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito
- Gabinete de Instalação e Avaliação Imobiliária
- Gabinete de Assuntos Jurídicos
- Gabinete do Secretariado e Relações-Públicas

III. **Administrador, Eng.º Antão Miguel Morais Lima Chantre**

- Direção Operacional
- Direção de Informática, Comunicação e Segurança
- Gabinete de Função Compliance
- Gabinete de Marketing
- Micro-Crédito

b) **Funcionamento**

25. **Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração;**

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração podem ser consultados no arquivo da CE;

26. **Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração;**

Em 2021 foram realizadas um total de 04 reuniões do Conselho de Administração. Na 1ª reunião participaram apenas 5 administradores, faltou a Vice-Presidente Dra. Orlanda Ferreira e Dr. Domingos da Veiga ainda não tinha sido eleito. Nas restantes 3 reuniões participaram todos os 7 administradores.

27. **Órgãos da instituição competentes para realizar avaliação de desempenho dos administradores executivos;**

De acordo com a política de seleção e avaliação dos membros do Conselho de Administração e de Fiscalização da Caixa, a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração compete ao presidente do conselho fiscal.

28. **Critérios pré-definidos para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;**

Não existem ainda critérios pré-definidos para avaliação de desempenho dos administradores executivos;

29. **Disponibilidade de cada membro do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, e outras atividades relevantes exercidas no decurso do exercício;**

1. **Dr. Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira**

   É Diretor de Prospetivas, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas do Ministério das Finanças

   É Presidente do Conselho Técnico e Científico do Observatório do Mercado de Trabalho

   É Presidente do Conselho da Administração da Caixa

   É Docente no ISCJS - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

2. **Dra. Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira**

   É Presidente da Comissão Executiva do INPS

   É Administradora não Executiva da Caixa

3. **Dr. António Carlos Moreira Semedo**

   É Presidente da Comissão Executiva da Caixa (100%)

4. **Eng. Antão Miguel de Morais Lima Chantre**

   É Administrador Executivo (100%)

5. **Dra. Célia Maria Barreto dos Santos**

   É Administradora Executiva da Caixa (100%)

6. **Eng. Domingos Veiga Mendes**

É Docente no ISCJS - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

É Administrador não Executiva da Caixa

7. **Dra. Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo**

É Presidente do ISCJ – Instituto Superior de Ciências Jurídicas

É Administradora não Executiva da Caixa

Exerce Advocacia no Escritório "Advogados & Jurisconsultos"

30. Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

A Comissão Executiva é designada pelo Conselho de Administração, constituída por três dos seus membros, e os regulamentos de funcionamento podem ser consultados no arquivo da CE e na Intranet;

A Comité de gestão de Ativos e Passivos – ALCO, é composto por 6 membros com direito a voto e um secretário. São membros,

- O Presidente da Comissão Executiva, que preside e aprova a agenda das reuniões;
- Os Administradores Executivos, sendo um deles o Vice-Presidente;
- O Diretor Financeiro e Internacional;
- O Diretor de Gestão de Riscos;
- O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão;
- O secretário (Coordenador do Gabinete de Secretariado e Relações-Públicas), sem direito a voto;

Adicionalmente, na sequência da recomendação I.2.4. do aviso do BCV nº 6/2017, o Conselho de Administração deliberou sobre a criação das comissões de Auditoria, Conflito de Interesses, Gestão de Risco e Compliance, estabelecendo as regras de funcionamento e respetivas composições com aprovação dos regulamentos de funcionamento nos termos da OS 02/2021 de 4 de janeiro, aprovada pela CE e com entrada em vigor.

A Comissão de Auditoria e Conflito de Interesses é composta por, pelo menos, três administradores não executivos, sendo presidida por um administrador independente,

Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo – **Presidente**
Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira
Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

A Comissão de Gestão de Risco e Compliance é composta por, pelo menos, três administradores e inclui uma combinação equilibrada de membros executivos e não executivos, sendo presidida, preferencialmente, por um administrador independente,

Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira – Presidente
Domingos Veiga Mendes
Antonio Carlos Moreira Semedo

31. Composição da Comissão Executiva e identificação dos administradores-delegados;

Comissão Executiva	Identificação
Presidente	António Carlos Moreira Semedo
Administrador	Célia Maria Barreto dos Santos
Administrador	Antão Miguel de Morais Lima Chantre

32. Competências das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Nos termos do artigo 8º do Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, são atribuições da Comissão Executiva, as seguintes:

a. Autorizar a realização de operações ativas, até ao limite máximo de 20% dos fundos próprios da Instituição, por operação ou em acumulação a uma única entidade, com exceção das operações de crédito externo que se enquadrem no conceito de grandes riscos e da subscrição, aquisição ou oneração e alienação de participações sociais;
b. Autorizar a realização de operações passivas, com exceção dos empréstimos obrigacionistas ou dos empréstimos externos;
c. Estabelecer os procedimentos e normas de funcionamento interno da CECV;
d. Efetuar a gestão corrente dos Recursos Humanos, com exceção de admissões efetivas no quadro e despedimentos de pessoal e da fixação de remunerações;
e. Estabelecer com terceiros contratos de fornecimento de bens e serviços;

f. Efetuar a gestão corrente do património da CECV, com exceção da aquisição de bens imóveis ou imóveis não previstos no orçamento anual de investimento, bem como da alienação ou oneração de direitos ou de bens móveis ou imóveis, podendo, no entanto, alienar bens adquiridos em processos executivos ou outros procedimentos de recuperação de crédito;
g. Constituir e destituir mandatários e procuradores, conferindo-lhes poderes para a prática de determinados atos ou categorias de atos, definindo os poderes conferidos e a duração dos mandatos;
h. Representar a CECV em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
i. Deliberar sobre qualquer assunto inadiável, devendo submeter a deliberação à retificação do Conselho de Administração na sessão imediatamente seguinte.

Por sua vez, no termos do artigo 4º do anexo III, da OS 02-2021, são atribuições da Comissão de Auditoria e Conflito de Interesses,

1. Sem prejuízo das competências legais atribuídas ao conselho fiscal e das competências atribuídas à comissão de risco e compliance, compete à comissão de auditoria:
a) Acompanhar a atividade da comissão executiva do conselho de administração da Caixa;
b) Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos da Caixa, das instruções e recomendações emitidas pelas entidades de supervisão e das políticas, normas e procedimentos instituídos internamente;
c) Acompanhar o processo de preparação e divulgação da informação financeira, incluindo a auditoria às contas e demais trabalhos realizados pelo auditor externo, através da análise dos respetivos relatórios periódicos;
d) Representar a Caixa, sempre que necessário, junto dos auditores externos, competindo-lhe, designadamente, avaliar a independência dos auditores externos e propor, ao conselho de administração, a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito;
e) Promover a eficácia da função de auditoria interna, nomeadamente assegurando que dispõe de recursos suficientes e adequados, para o desempenho eficaz das suas funções;
f) Aconselhar o conselho de administração sobre as melhores práticas de controlo interno, a fim de assegurar que as práticas instituídas estão harmonizadas com os requisitos legais e regulamentares, assim como com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores empresariais da Caixa;

g) Acompanhar a execução do plano de auditoria interna, acedendo, periodicamente, às conclusões reportadas e zelando para que a sua eficácia e completude contribuam para a própria eficácia e eficiência do sistema de controlo interno da Caixa;
h) Promover a implementação de medidas de prevenção e deteção de situações que configurem conflito de interesses na atividade regular da Caixa;
i) Tomar conhecimento das situações de conflito de interesses e das medidas de gestão adotadas;
j) Emitir os pareceres e recomendações que entenda adequados, designadamente, sobre ajustamentos necessários à estratégia de controlo interno e prevenção de conflito de interesses, resultante de alterações do modelo de negócio, da evolução do mercado ou do contexto de negócio onde a Caixa atua.
2. A Comissão deverá reportar de imediato ao conselho de administração quaisquer situações detetadas que considere de risco elevado.
3. Constituem atribuições especiais do Presidente da Comissão:
a) Convocar e dirigir os trabalhos das reuniões da Comissão;
b) Reportar ao conselho de administração as atividades e as decisões mais relevantes da Comissão e enviar as respetivas atas;
c) Assegurar a articulação entre a Comissão e outros órgãos ou unidades de estrutura da Caixa;
d) Assegurar a circulação de informação pelos membros da Comissão sobre as matérias tratadas nas reuniões.
4. A Comissão elabora um relatório anual, sobre as suas atividades, que apresenta ao conselho de administração. O relatório incluirá, designadamente, as atividades desenvolvidas pela Comissão, principais constrangimentos e eventuais medidas de ação a implementar.

De acordo com o artigo 4º do anexo IV, da OS 02-2021, compete à Comissão Gestão de Risco e Compliance,
1. Aconselhar e apoiar o conselho de administração nomeadamente através das seguintes atribuições:
a) Promover a eficácia das funções de gestão de risco e compliance, nomeadamente assegurando que dispõem de recursos suficientes e adequados, para o desempenho eficaz das suas funções;
b) Rever, periodicamente, o perfil de risco e as políticas de risco e compliance da Caixa;
c) Aconselhar o conselho de administração sobre a apetência e a estratégia de risco da Caixa, tendo em consideração todos os tipos de riscos, financeiros e não financeiros, a fim de assegurar que estão harmonizados com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores empresariais da Caixa;

d) Monitorizar os principais indicadores de risco (KRI) e assegurar a atualidade dos modelos de risco (rating e scoring) e da metodologia para realização de exercícios de testes de esforço;
e) Monitorizar a análise de cenários, incluindo testes de esforço, com o intuito de determinar o seu impacto no perfil de risco da Caixa e avaliar a resiliência da instituição a alterações provocadas por fatores idiossincráticos, sistémicos ou mistos;
f) Promover a revisão e atualização do Risk Apettite Framework (RAF) e do Risk Apettite Statement (RAS), sempre que necessário, garantindo uma fluida integração com os processos de gestão e tomada de decisão;
g) Promover a prossecução dos objetivos fundamentais fixados em matéria de gestão de risco e compliance, pelo Banco de Cabo Verde, nas diretivas de supervisão dirigidas às instituições financeiras;
h) Tomar conhecimento de situações identificadas decorrentes da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que possam fazer incorrer a Caixa ou os seus colaboradores num ilícito de natureza contraordenacional e/ou criminal;
i) Tomar conhecimento dos relatórios sobre a atividade das funções de gestão de risco e compliance, incluindo relatórios de prevenção de lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo;
j) Emitir os pareceres e recomendações que entenda adequados, designadamente, sobre ajustamentos necessários à estratégia de risco e compliance resultante de alterações do modelo de negócio, da evolução do mercado ou do contexto de negócio onde a Caixa atua.
2. Reportar de imediato ao conselho de administração quaisquer situações detetadas que considere de risco elevado.
3. Constituem atribuições especiais do Presidente da Comissão:
a) Convocar e dirigir os trabalhos das reuniões da Comissão;
b) Reportar ao conselho de administração as atividades e as decisões mais relevantes da Comissão e enviar as respetivas atas;
c) Assegurar a articulação entre a Comissão e outros órgãos ou unidades de estrutura da Caixa;
d) Assegurar a circulação de informação pelos membros da Comissão sobre as matérias tratadas nas reuniões.
4. Elaborar um relatório anual, sobre as suas atividades, que apresenta ao conselho de administração. O relatório incluirá, designadamente, as atividades desenvolvidas pela Comissão, principais constrangimentos e eventuais medidas de ação a implementar.

III. Fiscalização

a) Composição

33. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Nos termos do artigo 21º dos estatutos o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral, sendo o presidente indicado por esta.

Conselho Fiscal	Identificação Membros	Mandato
Presidente	Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes	2020-2023
Vogal	João Augusto Barros de Pina	2020-2023
Vogal	Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares	2020-2023
Suplente	António Pedro Gomes Silva	2020-2023

34. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes

Conselho Fiscal	Identificação Membros
Presidente	Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes **(Independente)**
Vogal	João Augusto Barros de Pina **(Independente)**
Vogal	Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares **(Independente)**
Suplente	António Pedro Gomes Silva **(Independente)**

35. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal,

1. Presidente – Dr. Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

- ✓ Mestre em Finanças
- ✓ Pós-graduado em Auditoria
- ✓ Licenciado em Gestão
- ✓ CEO da Cabeólica, S.A.
- ✓ Como auditor sénior da PwC e como sócio da LLO, exerceu funções de fiscalização, incluindo a Pró-Capital, RTC, INCV, Banco Interatlântico, TACV, Electra, Emprofac
- ✓ Auditor Certificado inscrito na OPACC com o nº 31

2. Vogal – Dr. João Augusto Barros de Pina

- ✓ Mestre em Gestão das Instituições Financeiras
- ✓ Licenciado em Contabilidade
- ✓ Diretor de Recursos da I.F.H., S.A.
- ✓ Docente no ISCEE e na Unipiaget de Cabo Verde
- ✓ Contabilista certificado inscrito na OPACC com o nº 352

3. Vogal – Dra. Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

- ✓ Licenciada em Contabilidade e Fiscalidade
- ✓ Pós-Graduada em Fiscalidade
- ✓ Contabilista da Unidade de Gestão de Projetos Especiais do Ministério das Finanças
- ✓ Técnica de Contas Inscrita na OPACC No.524

4. Suplente – Dr. António Pedro Gomes Silva

- ✓ Licenciado em Economia
- ✓ Membro do Conselho Fiscal da ENACOL
- ✓ Técnico de contas inscrito na OPACC

b) Funcionamento

36. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal,

O regulamento de funcionamento foi aprovado, em dezembro de 2019, na reunião do órgão e pode ser consultado no arquivo da Comissão Executiva;

37. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho Fiscal,

Em 2021 o Conselho Fiscal reuniu 4 vezes, com participação do Presidente Dr. Bruno Lopes e os Vogais Dr. João de Pina e Dra. Sandra Tavares em todas as reuniões.

38. Disponibilidade de cada membro do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, e outras atividades relevantes exercidas no decurso do exercício,

1. Dr. Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes
   - ✓ CEO da Cabeólica, S.A.
   - ✓ Fiscal Único da Pró-Capital, RTC e INCV
   - ✓ Sócio da LLO – Sociedade de Auditores Certificados, Lda
2. Dr. João Augusto Barros de Pina
   - ✓ Diretor de Recursos da I.F.H., S.A.
   - ✓ Docente Universitário no ISCEE e Jean Piaget
   - ✓ Formador em Contabilidade
3. Dra. Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares
   - ✓ Contabilista da Unidade de Gestão de Projetos Especiais do Ministério das Finanças
   - ✓ Consultora na empresa ABC Consulting Lda,
   - ✓ Sócia-Gerente da empresa de Contabilidade Smt Contas Sociedade Unipessoal Lda
4. Dr. António Pedro Gomes Silva (suplente)
   - ✓ Sócio-Gerente da Finaconta, Lda, empresa de prestação de serviço em contabilidade e afins
   - ✓ Vogal do Conselho Fiscal da Enacol, S.A
   - ✓ Fiscal Único da empresa SGZ
   - ✓ Docente e coordenador do curso de Contabilidade no Instituto Jean Piaget, Polo do Mindelo
   - ✓ Docente do ensino secundário da disciplina de Contabilidade na EICMGDC

c) Competências e Funções

39. Procedimentos e critérios do órgão de fiscalização na contratação dos serviços adicionais ao auditor externo,

O nº 5 a) do artigo 3º do regulamento do Conselho Fiscal compete ao conselho fiscal propor à assembleia geral a proposta de nomeação do auditor externo a contratar, incluindo não só a proposta sobre quem deva prestar esses serviços, como a proposta relativa à respetiva remuneração;

40. Outras Funções do órgão de fiscalização

De acordo com o artigo 22º dos Estatutos da Caixa, compete ao conselho fiscal,

- Fiscalizar a administração da instituição;
- Vigiar pela observância da lei e dos Estatutos;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e os documentos de suporte;
- Verificar se os critérios de valorimétricos adotados conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas, propostas, orçamento e programa de ação apresentados pelo Conselho de Administração;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;

IV. AUDITOR EXTERNO

41. Identificação do auditor externo designado,

O auditor externo e Revisor Oficial de Contas da Caixa é Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. com sede na Av. da República, 90 – 6º, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 178, com o número de identificação fiscal 505988283 e de matrícula na conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 1.335.000,00 Euros, representada por Antonio Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661.

42. Número de anos em que o auditor externo exerce funções consecutivamente junto da sociedade,

A Ernst & Young Audit & Associados foi designada pela primeira vez na Assembleia Geral de 26 de outubro de 2016, para auditar as contas do quadriénio 2016-2019, tendo sido reconduzido no mandato para o quadriénio 2020-2023, pelo que desempenha funções de forma consecutiva há 6 anos e cumpre o segundo mandato.

43. Política e periodicidade da rotação do auditor externo

Em cumprimento da legislação em vigor, especificamente o Aviso nº4/2014, republicado pelo Aviso nº nº4/2019 foi aprovado na assembleia geral de 26 de fevereiro de 2021 a Política de seleção e avaliação dos membros dos Orgãos de administração e fiscalização, onde de acordo com o ponto 5.3.5 a Caixa promove a rotação do auditor certificado ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. Ainda define que, a manutenção do auditor certificado além do período estipulado deve ser fundamentada num parecer específico do conselho fiscal que avalie expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição, não podendo, em qualquer caso, ultrapassar mais do que um mandato adicional.

44. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

Os auditores certificados são designados pela assembleia geral, sob proposta do conselho fiscal, que além da escolha e a avaliação propõe a respetiva remuneração.

45. **Identificação de trabalhos, distintos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação**

O contrato de prestação de serviços além dos trabalhos de auditoria com vista a emissão da certificação Legal das contas, inclui o relatório de Provisões Regulamentares Mínimas, cujo objetivo é validação do cumprimento dos critérios adotados pela Caixa quanto à classificação nas classes de risco e cálculo das provisões, conforme disposto no Aviso n 4/2006;

46. **Remuneração anual paga aos auditores externos e percentagem relativos aos serviços que não sejam de auditoria**

Os auditores externos da Caixa receberam apenas honorários referentes aos trabalhos de auditoria de 2020, no montante de 72.500 € (oitenta e dois mil e quinhentos euros), acrescido de IVA a taxa em vigor de 15%, nos termos do contrato aprovado pela Assembleia Geral.

V. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

47. **Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas**

Estão definidas em normativo interno, na Política de conflitos de interesse e Código de conduta, as limitações, bem como, os procedimentos de aprovação e reporte das operações de concessão de crédito sob qualquer forma a membros dos órgãos sociais, detentores de participações qualificadas (partes relacionadas), demais colaboradores, bem como, familiares e às entidades que a lei considera estarem relacionadas com qualquer um deles.

48. **Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência**

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus acionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão. Em 31 de Dezembro de 2021, as demonstrações financeiras da Caixa incluíam os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão,

	dez-21			
		Accionistas		
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	9 752 000			
Crédito a clientes	12 696 794			68 735
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				119 627
Imparidade				36 594
Outros activos	775 744			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	155 000			106 067
Recursos de clientes e outros empréstimos		15 109 243	60 855	
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	571 211			
Custos:				
Juros e encargos similares	17 676	6 961		

Relativamente aos órgãos de gestão, em 31 de dezembro de 2021, o valor em dívida dos membros do Conselho de Administração ascendia a 1.188 mcve, sem contratação no ano.

49. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação.

Nos termos dos estatutos da Caixa e da Política de conflitos de interesse o Conselho Fiscal é chamado a emitir o seu parecer prévio sobre as operações ativas envolvendo os titulares de participação qualificada.

VI. REMUNERAÇÕES

50. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da sociedade.

Compete a Comissão de Remuneração propor, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral, a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;

Por sua vez, o órgão de administração revê e aprova, periodicamente, a política de remuneração respeitante aos colaboradores relevantes, isto é, colaboradores que exerçam funções de direção de topo, colaboradores responsáveis pelas funções de controlo interno (gestão de risco, compliance e auditoria interna) e os colaboradores cuja remuneração os coloque no mesmo escalão de remuneração das categorias referidas.

51. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Em cumprimento da lei de base que regula as atividades das instituições financeiras (Lei 62/VIII/2014), do Aviso 2/2019 do Banco de Cabo Verde, sobre a política de remuneração dos órgãos sociais, a Assembleia Geral, de 26 de fevereiro de 2021 aprovou a recomposição da Comissão de Remunerações composta por três membros:

- Dr. Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes – Presidente do Conselho Fiscal (independente)
- Dr. João Augusto Barros de Pina – Vogal do Conselho Fiscal (independente)
- Dr. Domingos Veiga Mendes – Vogal do Conselho de Administração;

52. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

1. Presidente - Dr. Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes – ver ponto 36
2. Vogal - Dr. João Augusto Barros de Pina – ver ponto 36
3. Vogal - Dr. Domingos Veiga Mendes – ver ponto 22

53. Descrição da estrutura de remuneração dos administradores

Remuneração anual dos membros da Mesa Assembleia Geral referente 2021 - cve's

	Presidente Vice-Presidente	Secretário
Remuneração base anual ilíquida	205.000	102.500

Remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal referente a 2021 - cve's

	Presidente	Vogais
Remuneração base anual ilíquida	600.000	1.080.000

Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração referente a 2021 cve's

	PCA	PCE	Administradores Executivos	Administradores Não Executivo	
Remuneração base anual ilíquida	1.717.284	7.339.740	9.541.656	4.429.584	
Subsídios (Natal e Férias)	0	1.223.292	1.590.282	0	
Prémio Produtividade	0	1.248.110	1.642.063	0	

VII. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

54. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O Sistema de Controlo Interno define-se como um conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como ações empreendidas por este órgão e pelos demais colaboradores da instituição com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo;
- A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Sistema de Controlo Interno da Caixa é aplicado de forma consistente em todos os serviços e agências, tendo por base, para atingir de forma eficaz os seus objetivos, a criação de:

- Um adequado Ambiente de Controlo;
- Um sólido Sistema de Gestão de Risco;
- Um eficiente Sistema de Informação e Comunicação;
- Um efetivo Processo de Monitorização

Encontrando-se a sua implementação sob a responsabilidades dos seguintes órgãos e comissões:

I- <u>Conselho de Administração</u>

O órgão de administração é responsável pela implementação e manutenção de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz, assente nos princípios consagrados pelo artigo 3º do Aviso nº 4/2017 - Sistema de Controlo Interno, garantindo os objetivos estabelecidos.

II- Comissão de Auditoria e Conflito de Interesses

A Comissão tem por missão assessorar o conselho de administração no acompanhamento e monitorização das atividades de auditoria e na prevenção de situações de conflito de interesses. Neste âmbito, a Comissão acompanha em permanência os trabalhos realizados pelo auditor externo e pela função de auditoria interna e promove a implementação de medidas de prevenção e deteção de situações que configurem conflito de interesses na atividade regular da Caixa.

III- Comissão de Gestão de Risco e Compliance

A Comissão de Gestão de Risco e Compliance, tem por missão assessorar o conselho de administração no acompanhamento e monitorização das atividades de gestão de risco e Compliance da Caixa. Neste âmbito, a Comissão acompanha em permanência a definição e a execução da estratégia de risco e Compliance e verifica se estas são compatíveis com uma estratégia sustentável no médio e longo prazo.

IV- Gabinete de Auditoria Interna

O Gabinete de Auditoria Interna (GAI), tem como missão apoiar os órgãos de administração e de gestão na eficácia da governação, proporcionando uma abordagem sistematizada e disciplinada, na avaliação e aperfeiçoamento das diversas componentes do sistema de controlo interno.

O GAI assegura um exame abrangente e orientado para o risco das atividades, sistemas e processos, que permitam avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância e risco.

Todas as atividades e unidades orgânicas estão inseridas no âmbito do trabalho do GAI, que para levar a cabo a sua missão, compete-lhe:

- Identificar e avaliar os riscos potenciais a que a Caixa possa estar sujeita;
- Rever a eficácia dos controlos estabelecidos para garantir o cumprimento de políticas, planos, procedimentos e objetivos de negócio;
- Avaliar a fiabilidade e segurança da informação financeira e de gestão dos sistemas e operações que produzem a referida informação;
- Avaliar os meios utilizados para salvaguardar os ativos;
- Rever os procedimentos e sistemas estabelecidos e propor melhorias;
- Avaliar o uso dos recursos com base no princípio da economia, eficiência e eficácia;
- Contribuir para o desenvolvimento de projetos, selecionados de acordo com o risco envolvido e incorporação de mecanismos de controlo interno adequados;

- Acompanhar as recomendações propostas para garantir a implementação das ações corretivas;
- Efetuar apreciações, analise e averiguações solicitados pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva;
- Colaborar com auditorias externas;

V- Direção de Gestão de Risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR), tem com principal missão, assegurar a boa execução das políticas definidas pelo Conselho de Administração no que respeita ao risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e liquidez, entre outros riscos. Destacando-se as seguintes responsabilidades:

- Assegurar a aplicação efetiva de um sistema de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como da aplicação de medidas para corrigir eventuais deficiências, sendo para o efeito dotada de recursos materiais e humanos para persecução dos seus objetivos;
- Desempenhar as suas competências objetivamente e de forma independente, relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação sempre que adequado e proporcional face à natureza, dimensão e a complexidade das atividades desenvolvidas pela Instituição, sendo que, nos restantes casos, devem ser implementados mecanismos que garantam o cumprimento do disposto no ponto anterior;
- Aconselhar a comissão executiva, elaborando e apresentando a este órgão e ao respetivo Órgão de fiscalização um relatório relativo á gestão de riscos, de periodicidade pelo menos anual. Indicando se foram tomadas as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências detetadas;
- Implementar e manter um processo de identificação dos fatores que, para cada risco visado, possam afetar a capacidade da Caixa para implementar a estratégia ou atingir os objetivos definidos;
- Desenvolver, implementar e manter um mecanismo de avaliação da probabilidade de ocorrência de perdas e da respetiva magnitude em relação a cada risco;
- Desenvolver, implementar e manter um processo sistematizado de acompanhamento da exposição a cada risco.
- Identificar necessidades relativas a instrumentos de análise, modelos, Ferramentas e sistemas para suporte à função e promover seu desenvolvimento e disponibilização;

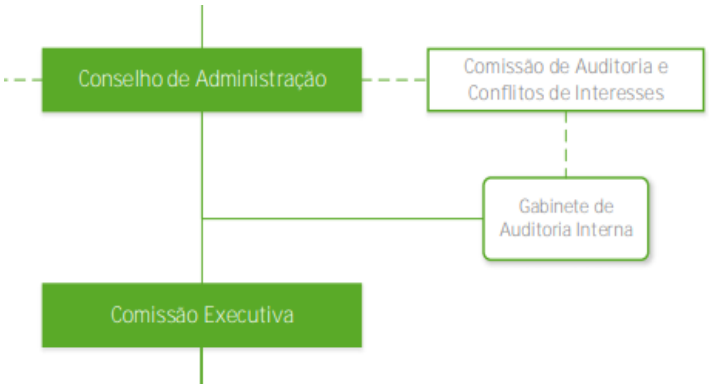
VI- Gabinete de Função Compliance

O Gabinete Função Compliance (GFC) tem como missão:

- Analisar e controlar os riscos de Compliance e garantir a conformidade na implementação das normas e leis vigentes no mercado financeiro e segurança da informação (ISO27001);
- Identificar, avaliar, definir as prioridades e monitorização do risco de Compliance em articulação com os demais órgãos de estrutura;
- Coordenar, estabelecer e garantir uma execução apropriada dos procedimentos internos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e outros ilícitos financeiros;
- Analisar e aferir a exposição da CECV aos diferentes tipos de risco.
- Para levar a cabo a sua missão, destacam-se as seguintes responsabilidades a cumprir:
- Apoiar na implementação das normas;
- Colaborar com os pareceres corporativos com as diferentes áreas de atuação da CECV para monitorizar a aplicabilidade das normas e regulamentos, no âmbito da segurança da informação (ISO27001);
- Monitorar as recomendações da Auditoria interna e externa;
- Monitorar os procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais;
- Promover a cultura orientada para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares e dos normativos internos da Caixa. Contribuindo para que os órgãos de gestão, a estrutura organizativa e todos os colaboradores cumpram integralmente a legislação, regras, códigos e normas (externas e internas) em vigor, no sentido de minimizar o risco de incorrer em sanções legais, regulamentares ou financeiras.

55. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

Atuando de forma independente e objetiva o Gabinete de Auditoria Interna, reporta funcionalmente ao Conselho de Administração e hierarquicamente à Comissão Executiva, conforme organigrama que se segue:



Fonte: Organigrama Caixa

Por sua vez, por forma a assegurar o cumprimento das suas responsabilidades o Gabinete Função Compliance e Gabinete Gestão de Risco, estes reportam diretamente à Comissão Executiva.

56. Informação sobre existência de comissão de risco e sobre os fluxos de informação relacionados com o risco,

Em vigor desde 04/01/2021, a Comissão de Gestão de Risco e Compliance, com a missão de assessorar o conselho de administração no acompanhamento e monitorização das atividades de gestão de risco e Compliance da Caixa.

Na avaliação dos riscos de crédito, funcionam os Comités de Crédito, com competência de decisão sobre as operações de crédito, baseadas na avaliação dos riscos inerentes aos mesmos.

57. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

(ver ponto 55)

58. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Risco de Crédito – probabilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo cliente / contraparte de suas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Dado o setor financeiro cabo-verdiano bastante limitado no que respeita a instrumentos financeiros com alguma rentabilidade, a atividade das instituições bancárias de forma geral se limita a concessão de créditos, onde o ambiento de negócio é cada vez mais competitivo e concorrencial, principalmente a nível dos preços, a perceção do risco de crédito é cada vez mais evidente e relevante para a Caixa.

Neste quadro, a Caixa tem procurado ajustar os processos e procedimentos as atuais exigências, adequando a competência e o poder decisão ao tipo de crédito a garantia associada, sendo que para o segmento empresas cujo potencial de risco é mais significativa, a análise prévia é suportada na central de balanços cada vez mais aprimorada. Com objetivo de avaliar o nível de risco e a probabilidade de recuperação da carteira de crédito, a Caixa implementou um modelo de cálculo de perdas por imparidades, cujos fatores de riscos são atualizados anualmente e que veio a sofrer alterações profundas na metodologia de cálculos com implementação do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

A IFRS 9 veio substituir a IAS 39 Introduzindo alterações significativas ao nível do tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros, nas componentes de I. Classificação e Mensuração; II Imparidade; III Contabilidade de Cobertura.

Os aspetos chave da metodologia de mensuração das perdas de imparidade, de acordo com requisitos exigidos, pela IFRS 9 são:

- O cálculo da perda esperada (ECL) é geralmente baseado na multiplicação da probabilidade de default (Probability of Default – PD) x Perda dado o default (Loss Given Default – LGD) x exposição na data do default (Expousure at Default – EAD).
- Modelo de Imparidade com base em três estados de risco (stages):
  i) instrumentos financeiros perfoming (stage 1);
  ii) instrumentos financeiros underperfoming (stage 2);
  iii) instrumentos financeiros nonperforming (stage 3).
- Assim, o stage ao qual os ativos são alocados é sobretudo uma consequência da aferição da degradação de risco de crédito ao longo do tempo, desde a sua originação até à data de referência do reporte:
  - ✓ Stage 1: sem sinais de degradação significativa de risco de crédito;
  - ✓ Stage 2: com sinais de degradação significativa de risco de crédito;
  - ✓ Stage 3: em Default.

Atendendo o elevado nível de incumprimento o acompanhamento da carteira tem merecido atenção especial em particular, os créditos de montante significativo e os reestruturados por incumprimento, sendo que quinzenalmente é emitido um relatório sobre os clientes em

eminência de incumprimento e mensalmente dos maiores clientes com histórico de pagamentos com atrasos.

Risco de Liquidez – risco inerente à atividade bancária e decorre da incapacidade por parte da instituição dispor fundos líquidos para cumprir as obrigações e os compromissos financeiros que assumiu, por falta de fundos disponíveis.

A Caixa tem registado excesso de liquidez derivado da fraca procura de crédito comparativamente ao crescimento dos depósitos, tendo ajustado o preçário com vista a melhoria da Margem financeira.

Para efeito de acompanhamento, mensalmente é avaliado a evolução dos recursos de clientes e do GAP de Liquidez, o rácio de transformação, a concentração dos principais depositantes entre outros. Para além da evolução mensal, trimestralmente é efetuado um relatório da área onde estão plasmados a evolução dos principais indicadores e as recomendações.

Relativamente ao risco Liquidez, também são monitorizados mensalmente os indicadores constantes da Declaração de Apetite ao Risco aprovada.

Risco de Mercado - risco resultante da probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, nomeadamente provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

Dado o mercado de capitais quase inexistente, o acompanhamento da Caixa relativamente a esse risco se tem limitado à análise da evolução da reavaliação cambial mensal.

Risco de taxa de juro – possibilidade de ocorrência de impactos negativos nas condições financeiras devido a movimentos adversos nas taxas de juro. É acompanhado mensalmente através do mapa do impacto do Risco de Taxa de Juro na Situação Líquida e na Margem Financeira, reportado semestralmente ao BCV.

A monitorização é efetuada mensalmente, sendo que a análise aos dados está plasmada no relatório trimestral e na monitorização dos indicadores aprovados na declaração de apetite ao risco.

Risco Operacional – possibilidade de ocorrência de perdas resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

No âmbito do risco operacional são monitorizados os eventos operacionais, as perdas operacionais associadas, os indicadores aprovados na declaração de apetite ao risco operacional. Trimestralmente elabora-se um relatório, onde estão plasmados toda a monitorização e as recomendações efetuadas.

Risco de Compliance - probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, praticas instituídas ou princípios éticos;

Em linha com o Sistema de Controlo Interno exigido pelo BCV as instituições financeiras, a Caixa tem em curso a definição de uma metodologia que possibilita de forma sistemática, identificar, evidenciar e avaliar o risco, com vista a adoção de medidas adequadas a sua mitigação. A nível da prevenção de lavagem de capitais e de financiamento de terrorismo a Caixa tem implementado uma aplicação AML/FT que lhe permite identificar e avaliar o risco do cliente e/ou das suas transações.

Risco dos sistemas de informação – decorre da inadaptabilidade dos sistemas de informação a novas necessidades, da sua incapacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em casos de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área;

59. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

No quadro da implementação do Sistema de Controlo Interno (Aviso 4/2017), que vai ao encontro das recomendações emitidas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, a Caixa aprovou o Manual de Controlo Interno, a sua Política de Risco, Manual de risco e a Declaração de Apetite ao Risco, estando em curso a identificação dos tipos de riscos a que a Caixa está exposta (tratando-se de um trabalho continuo) e estruturação de uma matriz de risco, permitindo assim a sua avaliação e acompanhamento.

Encarando os riscos como fatores ou eventos incertos que podem causar impactos negativos, dificultando ou impossibilitando o cumprimento dos objetivos e estratégias da Instituição, a Caixa implantou o seu:

Framework de apetite ao risco (RAF) que define uma abordagem estruturada para a gestão e controlo do risco, tendo em vista assegurar que as atividades de negócio garantem um equilíbrio adequado entre o retorno e o risco assumido, que se mantém dentro do apetite de risco estabelecido pela instituição.

Declaração de apetite ao risco que define os níveis/limites máximos de risco que a instituição está disposta a suportar para atingir os seus objetivos.

Os procedimentos relativos a esta matéria estão descritos no manual de procedimentos aprovado em dezembro 2019, destacando-se,

I - Identificação dos riscos

Após encontros com os diversos sectores, reuniões de Brainstorming e preenchimento questionários cria-se uma planilha onde estão catalogados os diversos riscos;

II - Criação da Matriz de riscos

São compilados todos os riscos associados à atividade, os controlos existentes para cada risco, a sua classificação quanto à frequência e severidade;

Pelo cruzamento desses vários fatores teremos a matriz de risco conforme estabelecido na política e manual de risco da Caixa.

III - Acompanhamento e controlo dos riscos relevantes

Com base nos dados recebidos das várias áreas, os dados de apetite ao risco, a matriz de risco e a BANKA, faz-se uma monitorização e análise se os controlos estão a ser cumpridos, qual o impacto desses controlos na mitigação efetiva do risco e quais os controlos deverão ser melhorados ou introduzidos;

Dessa monitorização são elaborados relatórios da evolução dos principais riscos;

Caso haja degradação dos principais riscos, deverá ser avaliado as causas da mesma e efetuado propostas e alertas às diversas áreas com vista a mitigação dos mesmos;

60. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

Compete ao Conselho de Administração (Comissão Executiva) elaborar anualmente o relatório e contas do exercício e a proposta de distribuição dos resultados, a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

A Direção Financeira Internacional e o Gabinete de Planeamento e controlo de Gestão apoiam o CA/CE no cumprimento dos deveres de reporte financeiro.

Por sua vez, é responsabilidade do Revisor Oficial de Contas (Auditor Externo) a emissão de parecer sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira.

61. Descrição dos mecanismos e procedimentos de controlo interno destinados a cumprir a legislação em matéria de prevenção de lavagem de capitais e de financiamento do terrorismo;

Decorrente da legislação em vigor sobre prevenção de lavagem de capitais e de financiamento do terrorismo, a Caixa dispõe dos seguintes mecanismos e procedimentos de controlo internos, destinados a fazer cumprir a legislação:

I- **Política de Compliance** – Princípio de Prevenção da Lavagem de Capitais: aprovada pelo Conselho de Administração, em 2018, tem como objetivo estabelecer os princípios gerais relacionados com a prevenção da lavagem de capitais, defendidos pela Caixa, a serem observados por todos os colaboradores, no desenvolvimento das suas atividades.

II- **Instrução de Serviço IS 001/2018** - Abertura e Encerramento das contas de depósito – baseado no Aviso do BCV nº 3/2017 e nº5/2017: define e regulamenta as regras a observar aquando da abertura e encerramento das contas de depósitos;

III- Controlo de operações de depósitos em numerário suspeitos e/ou sempre que os montantes sejam iguais ou superiores a 1.000.000$00, em conformidade com a legislação em vigor. Onde consta a utilização de um formulário interno de "Declaração de justificação de fundos";

IV- Promoção de ações de formação, divulsão, socialização de informações, legislações, normas e procedimentos relacionados com a prevenção da lavagem de capitais e financiamento de terrorismo, pelo Gabinete de Função Compliance. No âmbito das suas responsabilidades em coordenar, estabelecer e garantir uma execução apropriada dos procedimentos internos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e outros ilícitos financeiros;

V- Implementação da ferramenta de gestão de AML /FT - ARGUS: para acompanhamento preventivo de lavagem de capitais, permitindo detetar comportamentos que indiciam operações suspeitas e simplificando e respondendo aos seguintes objetivos:

- Automatização do sistema de recolha e o tratamento da informação necessária para o controlo de movimentos suspeitos;
- Centralização da informação sobre clientes e das transações dos clientes, ou seja, garantir políticas de Know Your Customer (KYC) e Know Your Transaction (KYT);
- Cumprimento de deveres de informação e diligência simples e reforçada;
- Monitorização de todas as operações do banco e identificação das suspeitas;
- Comunicação atempada às autoridades das operações suspeitas.

62. Descrição do envolvimento do Conselho Fiscal e das comissões societárias relevantes na fiscalização e acompanhamento dos mecanismos e procedimentos de controlo interno;

Em cumprimento do Aviso 4/2017 – Sistema de Controlo Interno e o artigo 333º do Código das Sociedades Comerciais, o regulamento do Conselho Fiscal, aprovado em dezembro de 2019, estipula que, a respeito do acompanhamento dos mecanismos e procedimentos de controlo interno, cabe ao Conselho Fiscal:

- certificar a prossecução dos objetivos fundamentais fixados em matéria de controlo interno e gestão de risco pelo Banco de Cabo Verde;
- certificar sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria e de gestão de risco, devendo para o efeito,
    i. avaliar os procedimentos operacionais, tendo em vista garantir a existência de um adequado ambiente de controlo e gestão de risco;
    ii. acompanhar os relatórios de atividade do Gabinete de Auditoria Interna, do Auditor Externo e do Gabinete de Função Compliance, comunicando ao Conselho de Administração as recomendações que entender oportunas;
    iii. apreciar os planos de trabalho, recursos afetos e relatórios anuais emitidas pelas áreas responsáveis pelas funções de Compliance, Gestão de Risco e Auditoria Interna.

63. Descrição do sistema interno de reporte de irregularidades;

Ao abrigo do Aviso nº 6/2017 – III.3, e em conformidade com o seu Código de Conduta, a Caixa aprovou em 2019 a Política de Canais de Denúncia, com o objetivo de estabelecer diretrizes para receção e tratamento de denúncias relativas ao incumprimento de dispositivos legais ou regulamentares e as fraudes ou erros nos controles internos e nas atividades de contabilidade e auditoria.

Esta Política visa estimular a busca constante de transparência na Caixa, bem como interagir com os princípios éticos de Governança Corporativa, além de desencorajar atividades e condutas comerciais ilegais que possam prejudicar o bom nome, o direito de operação e os interesses comerciais da instituição, e suas relações com clientes, fornecedores e colaboradores em geral.

Vinculando os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Comissão de remuneração, os trabalhadores, os prestadores de serviços, contratados, subcontratados, bem como outras pessoas que, a título permanente ou ocasional, prestem serviços diretamente à Caixa.

As denúncias podem ser feitas de forma anônima e compete à Caixa o seu tratamento de forma confidencial, independente e imparcial, empregando todos os esforços possíveis na proteção do prestador da informação contra quaisquer tipos de retaliação.
Cabe ao Gabinete da Função Compliance a responsabilidade pela receção de toda e qualquer denúncia, proveniente de qualquer colaborador e/ou terceiro. Todas as denúncias recebidas são analisadas e avaliadas pelo GFC que decide sobre os respetivos encaminhamentos para averiguação.



Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5050460224202244
ID Lattes: **5050460224202244**
Última atualização do currículo em 13/05/2021

Doutor em Economia Aplicada - Métodos Quantitativos Aplicados no Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília. Já lecionou como Professor Assistente no Departamento de Economia e de Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba, bem como na Faculdade Maurício de Nassau nos cursos de Administração e Contabilidade. Além de aulas na graduação, lecionou em diversos cursos de pós graduação em finanças, sendo área que atua como consultor. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da Caixa Económica de Cabo Verde e Diretor de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas do Ministério das Finanças de Cabo Verde. Leciona no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais em Cabo Verde e na Universidade de Cabo Verde. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos aplicados a mercado de capitais, finanças públicas e economia monetária. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira
Nome em citações bibliográficas OLIVEIRA, J. C. T.;DE OLIVEIRA, JAILSON DA CONCEIÇÃO;OLIVEIRA, J.C.T.;DE OLIVEIRA, J. C. T.;OLIVEIRA, JAILSON CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE;OLIVEIRA, JAILSON DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE
Lattes iD http://lattes.cnpq.br/5050460224202244

Endereço

Endereço Profissional Ministério das Finanças, Direção Nacional de Planeamento.
Av. Amilcar Cabral
Plateau
CaboVerde - Praia, - Cabo Verde
Telefone: (238) 2607521

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2017 Doutorado em Economia (Conceito CAPES 5).
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.
Título: Dinâmica Económica da Zona do Euro e sua Transmissão para Economias Africanas, Ano de obtenção: 2017.
Orientador: Bruno Ferreira Frascaroli.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Economia Monetária e Fiscal / Especialidade: Teoria Monetária e Financeira.
Grande Área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Probabilidade e Estatística / Subárea: Estatística / Especialidade: Análise de Dados.

2011 - 2013 Mestrado em Economia (Conceito CAPES 5).
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.
Título: Política Monetária em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidencias Empíricas,Ano de Obtenção: 2013.
Orientador: Bruno Ferreira Frascaroli.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Mecanismos de Transmissão da Política Monetária; Cabo Verde; Vector Autoregressions; Markov-Switching Vector Autoregressions.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Métodos Quantitativos em Economia / Especialidade: Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos.

2005 - 2010 Graduação em Ciências Econômicas.
Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
Título: Análise do Marco Regulatório e do Investimento no Setor Elétrico de Cabo Verde, 1990 - 2010..
Orientador: Bernardo Pinheiro Machado Mueller.

Formação Complementar

2021 - 2021 Debt Sustainability Framework Low-Income Countries. (Carga horária: 10h).
IMF/World Bank, IMF/WORLD BANK, Estados Unidos.

2020 - 2020 Fiscal Risks and Debt Sustainability Analysis in Low-Income Countries. (Carga horária: 30h).
AFRITAC South e Fundo Monetário Internacional, AFRITACSOUTH/FMI, Maurício.

2020 - 2020 Identifying and Managing Fiscal Risks during COVID-19. (Carga horária: 30h).
AFRITAC South e Fundo Monetário Internacional, AFRITACSOUTH/FMI, Maurício.

2020 - 2020 Modelo atuarial de pensões da OIT: o futuro dos estudos atuariais. (Carga horária: 60h).
Centro Internacional de Formações da Oraganização Internacional do Trabalho, CFI(OIT), Portugal.

2019 - 2019 Fiscal Modelling, Simulation and Forecasting. (Carga horária: 110h).
West African Institute for Financial and Economic Management, WAIFEM, Nigéria.

2019 - 2019 Cadre révisé de Viabilité de la Dette pour les Pays à Faible Revenu. (Carga horária: 30h).
AFRITAC Centre/International Monetary Fund/World Bank, AFRICAT/FMI/WB, Gabão.

2017 - 2017 New Debt Sustainability Framework for Low Income Countries. (Carga horária: 16h).
FRITAC WEST 2/ FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, AW2/FMI, Gana.

2017 - 2017 Strengthening Fiscal and Financial Reporting. (Carga horária: 40h).
AFRITAC WEST 2/ FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, FMI, Gâmbia.

2015 - 2015 Avaliação Econômica de Projetos Sociais. (Carga horária: 100h).
Fundacão Itau Social, ITAU SOCIAL, Brasil.

2013 - 2013 Reamostragem e Simulação: Uma Introdução. (Carga horária: 4h).
Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.

2013 - 2013 Introdução à Estatística Computacional. (Carga horária: 30h).
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

2012 - 2013 Formando Investidor. (Carga horária: 90h).
Sala de Ações Consultorias e Treinamentos Ltda, SA TREINAMENTOS, Brasil.

2012 - 2012 Microeconometria Aplicada ao Desenvolvimento Econô. (Carga horária: 6h).
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, FEAC/USP, Brasil.

2012 - 2012 Tópicos em Finanças Corporativas. (Carga horária: 6h).
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, FEAC/USP, Brasil.

2012 - 2012 Modelos Econométricos para Análise da Evolução do. (Carga horária: 3h).
FUCAPE business school / III EEES, FUCAPE/ III EEES, Brasil.

2012 - 2012 Economia Financeira. (Carga horária: 6h).
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, FEAC/USP, Brasil.

2012 - 2012 Modelos Inter-regionais de Equilíbrio Geral Comput. (Carga horária: 8h).
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, FEAC/USP, Brasil.

2011 - 2011 Tópicos em Distribuição de Renda. (Carga horária: 15h).
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

2009 - 2009 Aprenda As 7 Estratégias Mais Vencedoras Na Bolsa. (Carga horária: 10h).
XP Investimentos, XPI, Brasil.

2008 - 2008 Econometria Aplicada. (Carga horária: 30h).
Conselho Regional de Economia - DF, CRE/DF, Brasil.

Atuação Profissional

Caixa Económica de Cabo Verde, CECV, Cabo Verde.

Vínculo institucional

2020 - Atual Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Presidente do Conselho de Administração

Ministério das Finanças, MF, Cabo Verde.

Vínculo institucional

2017 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: DSPEAME

Outras informações Diretor de Serviço de Planeamento Estratégico, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas

Observatório do Mercado de Trabalho, OMT, Cabo Verde.

Vínculo institucional
2021 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Presidente do Conselho Técnico e Cientifico

Econsult Projetos - Consultoria Económica e Financeira, ECONSULT PROJETO, Cabo Verde.

Vínculo institucional
2017 - Atual Vínculo: Sócio Fundador, Enquadramento Funcional: Sócio Fundador

Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, ISCJS, Cabo Verde.

Vínculo institucional
2017 - Atual Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor

Universidade de Cabo Verde, UNICV, Cabo Verde.

Vínculo institucional
2017 - 2017 Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: ., Carga horária: 6
Atividades
03/2020 - Atual Ensino, Mestrado em Liderança e Políticas Públicas, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Política Fiscal e Fiscalidade
11/2017 - 12/2017 Ensino, Mestrado em Economia e Finanças, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Economia Bancária e Risco

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Vínculo institucional
2016 - 2017 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.
Vínculo institucional
2015 - 2015 Vínculo: Professor Auxiliar, Enquadramento Funcional: Mestrado Economia do Setor Público
Outras informações Disciplinas: Microeconomia e Estatística
Vínculo institucional
2013 - 2014 Vínculo: ,, Enquadramento Funcional: Professor Auxiliar, Carga horária: 40
Vínculo institucional
2012 - 2013 Vínculo: Estagio Docência, Enquadramento Funcional: Tutor
Outras informações Mercado Financeiro e de Capitais
Vínculo institucional
2012 - 2013 Vínculo: Estagio Docência, Enquadramento Funcional: Tutor
Outras informações Economia Monetária e Financeira
Vínculo institucional
2012 - 2012 Vínculo: Estágio Docência, Enquadramento Funcional: Tutor, Carga horária: 4, Regime: Dedicação exclusiva.
Outras informações Economia Monetária e Financeira
Vínculo institucional
2011 - 2011 Vínculo: Estágio Docência, Enquadramento Funcional: Tutor, Carga horária: 4, Regime: Dedicação exclusiva.
Outras informações Introdução a Economia
Vínculo institucional
2011 - 2011 Vínculo: Estágio Docência, Enquadramento Funcional: Tutor, Carga horária: 4, Regime: Dedicação exclusiva.
Outras informações Análise Microeconômica
Atividades
08/2016 - 02/2017 Ensino, Relações Internacionais, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Economia Internacional e Comércio Exterior I
Processo de Integração Regional
10/2013 - 11/2014 Ensino, Ciências Econômicas, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Economia 1
Mercado Financeiro e de Capitais
06/2013 - 09/2013 Ensino, Ciências Econômicas, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Economia da Produção
Economia de Empresas
Economia I
Introdução à Economia I

Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa, UNINASSAU, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2016 Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor

Atividades

02/2016 - 12/2016 Ensino, Administração, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Gestão Financeira e Orçamentária I
Gestão Financeira e Orçamentária II
Pesquisa e Extensão em Gestão Empresarial

02/2016 - 12/2016 Ensino, Ciências Contábeis, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Estatística
Mercado de Capitais

05/2016 - 06/2016 Ensino, MBA em Controladoria e Finanças, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Análise da Viabilidade Econômica e Financeira de Projetos

08/2015 - 12/2015 Ensino, Ciências Contábeis, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Estatística
Mercado de Capitais

08/2015 - 12/2015 Ensino, Administração, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Estatística
Gestão Financeira e Orçamentária I

02/2015 - 06/2015 Ensino, Administração, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Estatística
Jogos Empresariais

08/2014 - 06/2015 Ensino, Ciências Contábeis, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Economia e Mercados

08/2014 - 12/2014 Ensino, Administração, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Economia e Mercados

03/2014 - 07/2014 Ensino, Administração, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Estatística

Unicoop, UNICOOP, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2016 Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor

Atividades

10/2016 - 10/2016 Ensino, MBA em Gestão Financeira e Auditória, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Análise de Projetos de Investimentos de Capital

Inovar Cursos, IC, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2015 Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor

Atividades

06/2015 - 08/2015 Ensino, MBA em Gestão Financeira controladoria e Auditória, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Economia Empresarial

Empreender Paraíba, EP, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Analista Financeiro

ECONSULT - Consultoria Econômica da UnB, ECONSULT, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Diretor Administrativo e Financeiro, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2007 - 2008 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor, Carga horária: 20

Associação dos Estudantes Caboverdianos em Brasiília, AECBSB, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010 Vínculo: Membro da direção, Enquadramento Funcional: Fundador e Presidente

Kapital Projetos e Consultoria Financeira, KAPITAL, Brasil.

Vínculo institucional
2008 - 2009 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

ENERGIA.1 LTDA, : ENERGIA.1, Brasil.

Vínculo institucional
2007 - 2007 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

Vínculo institucional
2007 - 2007 Vínculo: Monitor, Enquadramento Funcional: Monitor, Carga horária: 4
Outras informações Introdução a Administração
Vínculo institucional
2006 - 2006 Vínculo: Monitor, Enquadramento Funcional: Monitor, Carga horária: 4
Outras informações Introdução a Ciência Política

Projetos de pesquisa

2013 - Atual Evidências de mudanças macroeconômicas e política monetária para o Brasil: uma avaliação do Regime de Metas para Inflação
Descrição: O objetivo do projeto de pesquisa é construir um modelo capaz de simular efeitos de política monetária e identificar possíveis mudanças estruturais nas principais séries macroeconômicas brasileiras, para avaliar o Regime de Metas para Inflação (RMI) no país. Para isso, a própria mudança de regimes é inserida como variável aleatória no modelo. A partir disso, pretende-se mostrar qual a relação entre essas mudanças e a política monetária no período de 1980 a 2015, tomando como principal instrumento de política monetária a taxa de juros Selic. Para isso, será utilizado o modelo VAR sujeito a mudanças de Markov ou Markov Switching Vector Autoregressive (MS-VAR).
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira - Integrante / Bruno Ferreira Frascaroli - Coordenador.
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.

Membro de corpo editorial

2013 - Atual Periódico: Independent Journal of Management & Production

Revisor de periódico

2013 - Atual Periódico: Tecno-lógica (Santa Cruz do Sul . Online)

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Métodos Quantitativos em Economia/Especialidade: Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Economia Monetária e Fiscal/Especialidade: Mercado de Capitais.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Economia Monetária e Fiscal/Especialidade: Teoria Monetária e Financeira.

Prêmios e títulos

2010 SMD EJ - Melhor Diretoria Administrativa e Financeira das EJ do Brasil no ano de 2009, BRASIL JÚNIOR.

Producões

Produção bibliográfica

Citações

SciELO

Total de trabalhos:15Total de citações:46

Oliveira, J C T Data: 08/11/2020

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B.F. . International vulnerability of sub-Saharan African countries with fixed exchange regimes.. The Journal of Developing Areas, v. 55, p. 169-182, 2021.
2. FRASCAROLI, BRUNO FERREIRA ; **OLIVEIRA, JAILSON DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE** ; ALMEIDA, MÁRIO AUGUSTO GOUVEA DE . Public debt, economic policy coordination and their effectiveness: lessons from the EMU and Brazil. Journal of Economic Policy Reform JCR, v. 22, p. 1-17, 2019.
3. FRASCAROLI, BRUNO FERREIRA ; **OLIVEIRA, JAILSON DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE** . Sub-Saharan African Countries? Dependence on the External Inflation: Empirical Evidence Using Copulas. International Business Research, v. 10, p. 1, 2017.
4. FRASCAROLI, B.F. ; **OLIVEIRA, J.C.T.** . Sovereign Risk Ratings and Macroeconomic Fundamentals and Accountability: Evidence from Developing Countries. ADVANCES IN SCIENTIFIC AND APPLIED ACCOUNTING, v. 10, p. 1, 2017.
5. **OLIVEIRA, J.C.T.**; TAQUES, F. H. . Relation Between Share Price and Financial Indicators in the Brazilian Stock Market. ACRN Oxford Journal of Finance and Risk Perspectives, v. 5, p. 30-45, 2016.
6. **OLIVEIRA, J.C.T.**; FORMIGA, R. ; LIMA, R. O. ; SILVA, O. . Fatores Macroeconômicos Determinantes da Inadimplência das Empresas no Brasil. Revista Desenbahia, v. 13, p. 7-22, 2016.
7. **OLIVEIRA, J. C. T.**; Figueira, Rebeca Formiga ; LIMA, R. O. ; SILVA, O . Fatores Macroeconômicos Determinantes da Inadimplência das Empresas no Brasil. Revista Desenbahia, v. 22, p. 7-22, 2016.
8. **OLIVEIRA, J. C. T.**; CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B. . Crescimento Econômico e Restrição Externa Para o Caso de Cabo verde: um teste empírico. Revista de Economia da UEG. Seção Eletrônica, v. 11, p. 156-173, 2015.
9. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. ; SILVA FILHO, O. C. . Monetary policy in Cape Verde and macroeconomic changes: Empirical evidences. African Journal of Business Management JCR, v. 9, p. 76-95, 2015.
10. **OLIVEIRA, J.C.T.**; ALMEIDA, A. T. C. ; TAQUES, F. H. . Concentração e aderência dos recursos da carteira de financiamento do Agroamigo: evidências para o Nordeste brasileiro. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, p. 19-35, 2015.
11. ALMEIDA, A. T. C. ; **OLIVEIRA, J.C.T.** . O Agroamigo e a Equidade no Repasse de Recursos: Evidências usando a fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, p. 87-102, 2015.
12. LIMA, ROBSON OLIVEIRA ; **OLIVEIRA, JAILSON CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE** ; SILVA, MURILO MASSARU DA . Detecting breaks on the long memory: a case about the brazilian unemployment. Economia Aplicada (Impresso), v. 19, p. 611-624, 2015.
13. **OLIVEIRA, J.C.T.**; CUNHA, D.C. . Panorama dos Retornos dos IPO's sob o Ponto de Vista do Investidor. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 14, p. 74-89, 2015.
14. TAQUES, F. H. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Existe uma relação entre nível de renda, desigualdade e pobreza? Um estudo a partir de elasticidades. Economia e Desenvolvimento (Santa Maria), v. 26, p. 21-42, 2014.
15. TAQUES, F. H. ; MONTEIRO, M. B. ; ALENCAR, D. A. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Crescimento Econômico e Mercado de Crédito: Evidências Empíricas para os Estados Brasileiros. Revista Desenbahia, v. 11, p. 7, 2014.
16. **OLIVEIRA, J. C. T.**; SILVA, M. M. ; LIMA, R. O. . The Dependence Between Cape-verdean and Portuguese Inflations: a Copula Approach. RBEE. REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA DE EMPRESAS, v. 14, p. 51-66, 2014.
17. **OLIVEIRA, J.C.T.**; FRASCAROLI, B.F. . Impacto dos Fatores Macroeconômicos na Emissão de Ações na Bolsa de Valores. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 4, p. 30-51, 2014.
18. **OLIVEIRA, J. C. T.**; MENDES, C. M. V. . Money laundering and corrupt officials: a dynamic model. Journal of Money Laundering Control, v. 16, p. 55-61, 2013.
19. **OLIVEIRA, J. C. T.**; SILVA, M. M. ; LIMA, R. O. . A dependência entre a inflação cabo-verdiana e a portuguesa: uma abordagem de copulas. Revista Matemática e Estatística em Foco, v. 1, p. 1, 2013.
20. SOUZA, MARIA INÁ DE ABREU ; TAQUES, FERNANDO HENRIQUE ; **DE OLIVEIRA, JAILSON DA CONCEIÇÃO** ; ALENCAR, DOUGLAS ALCÂNTARA . Relação entre a desigualdade e educação no Brasil: uma tentativa de dados em painel(1995-2009). Textos de Economia, v. 16, p. 111, 2013.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. FRASCAROLI, B.F. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; ALMEIDA, MÁRIO AUGUSTO GOUVEA DE . Economic policy coordination in the EMU and Brazil.. In: XXII Encontro Nacional de Modelagem Computacional, 2019, Juiz de Fora - MG. Anais do XXII Encontro Nacional de Modelagem Computacional, 2019.
2. ALMEIDA, MÁRIO AUGUSTO GOUVEA DE ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; FRASCAROLI, B.F. . Economic policy coordination in the EMU and Brazil.. In: 47º Encontro Nacional de Economia, 2019, São Paulo - SP. Anais do 47º Encontro Nacional de Economia, 2019.
3. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B.F. . Dependência da inflação externa nos países africanos que adotam regime cambial fixo: uma abordagem por Cópulas. In: XII Encontro de Economia Baiana, 2016, Salvador. Anais do XII Encontro de Economia Baiana, 2016.
4. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FIGUEIRA, R. F. ; LIMA, R. O. ; SILVA, O. . Fatores Macroeconômicos Determinantes da Inadimplência das Empresas no Brasil. In: XII Encontro de Economia Baiana, 2016, Salvador. Anais do XII Encontro de Economia Baiana, 2016.
5. **OLIVEIRA, J.C.T.**; FRASCAROLI, B. F. . A Inflação Externa nos Países Africanos: uma abordagem por cópulas. In: XIX Encontro Nacional de Modelagem Computacional, 2016, João Pessoa. Anais do XIX Encontro Nacional de Modelagem Computacional, 2016.
6. **OLIVEIRA, J.C.T.**; FORMIGA, R. ; LIMA, R. O. ; SILVA, O. . A Inadimplência das Empresas no Brasil e seus Determinantes Macroeconômicos. In: X Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 2016, Recife. Anais X Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 2016.
7. **OLIVEIRA, J.C.T.**; FRASCAROLI, B. F. . Dependência da inflação externa nos países africanos: Uma abordagem por Cópulas. In: V Encontro Pernambucano de Economia, 2016, Recife. Anais do V Encontro Pernambucano de Economia, 2016.
8. FRASCAROLI, B. F. ; **OLIVEIRA, J.C.T.** . Sovereign risk rating agencies and macroeconomic fundamentals of countries: a study of risk classification.. In: 3rd Rimini Time Series Econometrics Workshop, 2015, Rimini/Italy. Proceedings of the 3rd Rimini Time Series Econometrics Workshop, 2015.
9. **OLIVEIRA, J.C.T.**; TAQUES, F. H. . Relação entre preço das ações e os indicadores contábeis no mercado acionário brasileiro. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2015, Rio de Janeiro. XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2015.
10. ALMEIDA, A. T. C. ; **OLIVEIRA, J.C.T.** . Análise da Equidade dos repasses de recursos do Programa de Microcrédito Rural Agroamigo: evidências usando a fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades. In: Encontro de Economia Baiana, 2015, Salvador. XI Encontro de Economia Baiana, 2015.
11. **OLIVEIRA, J.C.T.**; ALMEIDA, A. T. C. ; TAQUES, F. H. . Concentração e aderências dos recursos da carteira de empréstimo do programa de microcrédito rural Agroamigo: Evidências para o nordeste brasileiro. In: 53° Congresso da SOBER, 2015, João Pessoa. Anais do 53° Congresso da SOBER, 2015.
12. **OLIVEIRA, J.C.T.**; TAQUES, F. H. . Relation Between Share Price And Financial Indicators In The Brazilian Stock Market. In: Seminários em Administração - FEA USP, 2015, São Paulo. XVIII SEMEAD, 2015.
13. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. ; SILVA FILHO, O. C. . Monetary Policy in Cape Verde and Macroeconomic Change: Empirical Evidence.. In: International Conference on Finance, Banking, and Regulation, 2014, Brasília. Annals of International Conference on Finance, Banking, and Regulation, 2014.
14. **OLIVEIRA, J. C. T.**; SILVA, M. M. ; LIMA, R. O. . The Dependence Between Cape-verdean and Portuguese Inflations: a Copula Approach. In: International Conference on Finance, Banking, and Regulation, 2014, Brasília. Annals of International Conference on Finance, Banking, and Regulation, 2014.
15. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. . As Agências de Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo sobre as atribuições de risco. In: XIV Encontro Brasileiro de Finanças, 2014, Recife. Anais do XIV Encontro Brasileiro de Finanças, 2014.
16. TAQUES, F. H. ; MONTEIRO, M. B. ; ALENCAR, D. A. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Crescimento econômico e mercado de crédito: evidências empíricas para os estados brasileiros. In: X Encontro de Economia Baiana, 2014, Salvador. Anais do X Encontro de Economia Baiana, 2014.
17. TAQUES, F. H. ; MONTEIRO, M. B. ; ALENCAR, D. A. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Crescimento Econômico e Mercado de Crédito: Evidências Empíricas para os Estados Brasileiros. In: XII ENABER e 2nd Ibero-American Meeting on Regional Development, 2014, Belo Horizonte. Anais do XII ENABER e 2nd Ibero-American Meeting on Regional Development, 2014.
18. MIURA, D. ; TAQUES, F. H. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Transmissão de preços no mercado internacional de soja: O caso da CBOT e Mogiana (SP). In: I Encontro Paulista de Economia, 2014, Campinas. I Encontro Paulista de Economia, 2014.
19. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Comportamento Dinâmico do Desemprego Brasileiro: Persistência e Instituições. In: V Encontro de Economia do Espirito Santo, 2014, Vitória. Anais do V Encontro de Economia do Espirito Santo, 2014.
20. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Detectanto Quebra na Longa Memória: Um Caso do Desemprego Brasileiro. In: V Encontro de Economia do Espirito Santo, 2014, Vitória. Anais do V Encontro de Economia do Espirito Santo, 2014.
21. SOUZA, M. I. A. ; TAQUES, F. H. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; ALENCAR, D. A. . Relação entre desigualdade e educação no Brasil: uma estimativa d e dados em painel. In: Semana do Economista e Encontro de Egressos da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014, Ilhéus. Anais do IV Semana do Economista e IV Encontro de Egressos da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014.
22. NOBREGA, L. K. ; TAQUES, F. H. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Análise Insumo-Produto: Um Estudo Para o Brasil a Partir da Cesta Básica. In: III Encontro Pernambucano de Economia, 2014, Recife. Anais do III Encontro Pernambucano de Economia, 2014.
23. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Comportamento Dinâmico do Desemprego Brasileiro: Persistência e Instituições. In: III Encontro Pernambucano de Economia, 2014, Recife. Anais do III Encontro Pernambucano de Economia, 2014.
24. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Detectanto Quebra na Longa Memória: Um Caso do Desemprego Brasileiro. In: III Encontro Pernambucano de Economia, 2014. Anais do III Encontro Pernambucano de Economia, 2014.
25. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. ; SILVA FILHO, O. C. . Política Monetária em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidências Empíricas. In: XVIII Encontro Regional de Economia, 2013, Fortaleza. Anais do XVIII Encontro

Regional de Economia. Fortaleza: BNB, 2013.

26. FRASCAROLI, B. F. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Os Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo utilizando dados em painel.. In: IX Encontro de Economia Baiana, 2013, Salvador. Anais do IX Encontro de Economia Baiana, 2013.
27. FRASCAROLI, B. F. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . A Performance das Agências de Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo sobre as atribuições de risco.. In: Encontro Nacional de Economia, 2013, Foz do Iguaçú. Anais do 41 Encontro Nacional de Economia, 2013.
28. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. ; SILVA FILHO, O. C. . Política Monetária em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidências Empíricas. In: V Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos,, 2013, Praia. Anais do V Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos, 2013.
29. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. . Impacto dos fatores macroeconômicos na emissão de ações na bolsa de valores. In: III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012, Vitória/ ES. III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012.
30. **OLIVEIRA, J. C. T.**; ARAUJO, R. L. F. ; SILVA, F. F. . Análise da volatilidade nos preços futuro do cacau. In: III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012, Vitória/ ES. III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012.
31. PONTES, T. T. E. S. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; MAIA, S. F. . Modelo Black & Scholes e volatilidade determinística: uma analise para o mercado futuro do boi gordo. In: III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012, Vitória/ ES. III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012.
32. **OLIVEIRA, J. C. T.**; MAIA, S. F. . Modelagem da Volatilidade Determinística no Mercado de Derivativo do Boi Gordo. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2012, Bento Gonçalves/ RS. Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2012.
33. **OLIVEIRA, J. C. T.**; MENDES, C. M. V. ; CUNHA, D. R. . Investimentos e Tecnologias de Produção no Setor Elétrico de Cabo Verde : Evidencias sobre Economia de Escala e de Escopo. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2012. Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2012.
34. **OLIVEIRA, J. C. T.**. O papel da Empresa Júnior na capacitação dos profissionais.. In: I Encontro Nacional dos Estudantes Caboverdianos no Brasil, 2008, Brasília. I ENECB, 2008.
35. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Estudo de Caso: comportamento empreendedor dos universitários caboverdianos no Brasil versus universitários caboverdianos em Portugal. In: I Encontro Nacional dos Estudantes Caboverdianos no Brasil, 2008, Brasília. I ENECB, 2008.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1. **OLIVEIRA, J. C. T.**; SILVA, M. M. ; LIMA, R. O. . A dependência entre a inflação cabo-verdiana e a portuguesa: uma abordagem de copulas. In: XII Encontro Mineiro de Estatística, 2013, Ubrerlândia. Anais do XII Encontro Mineiro de Estatística. Uberlândia, 2013.

Resumos publicados em anais de congressos

1. TAQUES, F. H. ; MONTEIRO, M. B. ; ALENCAR, D. A. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Crescimento Econômico e Mercado de Crédito: Evidências Empíricas para os Estados Brasileiros. In: Encontro de Economia Baiana - Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento, 2014. Anais do X Encontro de Economia Baiana, 2014.
2. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Comportamento Dinâmico do Desemprego Brasileiro: Persistência e Instituições. In: III Encontro Pernambucano de Economia, 2014, Recife. Anais do III Encontro Pernambucano de Economia, 2014.
3. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Detectanto Quebra na Longa Memória: Um Caso do Desemprego Brasileiro. In: III Encontro Pernambucano de Economia, 2014, Recife. Anais do III Encontro Pernambucano de Economia, 2014.
4. NOBREGA, L. K. ; TAQUES, F. H. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Análise Insumo-Produto: Um Estudo Para o Brasil a Partir da Cesta Básica. In: III Encontro Pernambucano de Economia, 2014, Recife. Anais do III Encontro Pernambucano de Economia, 2014.
5. FRASCAROLI, B. F. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Os Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo utilizando dados em painel.. In: IX Encontro de Economia Baiana, 2013, Salvador. Anais do IX Encontro de Economia Baiana, 2013.
6. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. ; SILVA FILHO, O. C. . Política Monetária em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidências Empíricas. In: XVIII Encontro Regional de Economia, 2013, Fortaleza. Anais do XVIII Encontro Regional de Economia, 2013.

Apresentações de Trabalho

1. TAQUES, F. H. ; MONTEIRO, M. B. ; ALENCAR, D. A. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Crescimento Econômico e Mercado de Crédito: Evidências Empíricas para os Estados Brasileiros. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Detectanto Quebra na Longa Memória: Um Caso do Desemprego Brasileiro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Comportamento Dinâmico do Desemprego Brasileiro: Persistência e Instituições. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
4. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Comportamento Dinâmico do Desemprego Brasileiro: Persistência e Instituições. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
5. LIMA, R. O. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** ; SILVA, M. M. . Detectanto Quebra na Longa Memória: Um Caso do Desemprego Brasileiro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
6. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. . As Agências de Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo sobre as atribuições de risco. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. ; SILVA FILHO, O. C. . Política Monetária em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidências Empíricas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

8. **OLIVEIRA, J. C. T.**; SILVA, M. M. ; LIMA, R. O. . A dependência entre a inflação cabo-verdiana e a portuguesa: uma abordagem de copulas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
9. FRASCAROLI, B. F. ; **OLIVEIRA, J. C. T.** . Os Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo utilizando dados em painel.. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
10. **OLIVEIRA, J. C. T.**; FRASCAROLI, B. F. . Impacto dos fatores macroeconômicos na emissão de ações na bolsa de valores.. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11. **OLIVEIRA, J. C. T.**; ARAUJO, R. L. F. ; SILVA, F. F. . Análise da volatilidade nos preços futuro do cacau.. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
12. **OLIVEIRA, J. C. T.**; PONTES, T. T. E. S. ; MAIA, S. F. . Modelo Black & Scholes e volatilidade determinística: uma analise para o mercado futuro do boi gordo.. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
13. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Para entender a Economia Africana. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Estudo de Caso: comportamento empreendedor dos universitários caboverdianos no Brasil versus universitários caboverdianos em Portugal. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **OLIVEIRA, J.C.T.**; DELGADO, J. F. M. ; BENTUB, C. J. O. ; LOPES, E. S. . COVID-19: O impacto na economia caboverdiana. 2020.
2. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Modelo de Programamção Financeira para Finanças Públicas de Cabo Verde. 2019.
3. **OLIVEIRA, J.C.T.**; DELGADO, J. F. M. ; BENTUB, C. J. O. ; FORTES, H. C. . Estimação do Produto Potencial para a Economia de Cabo Verde. 2018.
4. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Indicador Mensal de Atividade Económica pa Economia de Cabo Verde. 2018.

Demais tipos de produção técnica

1. **OLIVEIRA, J.C.T.**. Economia Empresarial no MBA em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
2. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Econometria Financeira Aplicada no R. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Análise da Viabilidade Econômica e Financeira de Projetos. 2010. .
4. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Análise da Viabilidade Econômica e Financeira de Projetos. 2009. .
5. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Análise da Viabilidade Econômica e Financeira de Projetos. 2009. .
6. **OLIVEIRA, J. C. T.**. Análise da Viabilidade Econômica e Financeira de Projetos. 2008. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. PEREIRA, J. P. A.; **OLIVEIRA, J.C.T.**; SILVA, M. C.. Participação em banca de Maria Luiza Oliveira Silva.Custo Gerencial para Micros e Pequenas Empresas: Simples Nacional e Lucro Resumido: alguns casos no municipio de João Pessoa. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
2. PEREIRA, J. P. A.; **OLIVEIRA, J.C.T.**; SILVA, M. C.. Participação em banca de Camilla Thaise Estrela de Sousa.Análise do Investidor Corporativo do Banco Bradesco Prime na Paraiba. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
3. SILVA, M. C.; **OLIVEIRA, J.C.T.**; NASCIMENTO, F. S.. Participação em banca de Daniel Henrique de Araújo Silva.Implementação de uma Empresa de Elaboração de Projetos e Execução de Energia Solar Sustentável em João Pessoa. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
4. SILVA, M. C.; **OLIVEIRA, J.C.T.**; BATISTA, W. J. O.. Participação em banca de Mayenne Laurentino Dantas.Marketing Invisível: análise da influencia no comportamento do consumidor. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
5. MORAES, M. C.; **OLIVEIRA, J. C. T.**; BESARRIA, C. N.. Participação em banca de Inaldo dos Anjos Marreiro.Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, Taxa SELIC e Índices de Preços: Evidências Econômicas por Correlação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Paraíba.
6. LIRA, A. C. Q.; CRUZ, M. S.; **OLIVEIRA, J. C. T.**. Participação em banca de Carolina Pereira da Silva.Decisões de investimento e restrição financeira em firmas de capital aberto entre o período 2009 a 2013. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Paraíba.
7. LIRA, A. C. Q.; CRUZ, M. S.; **OLIVEIRA, J. C. T.**. Participação em banca de Gabriela Karine Barreto Gomes.Análise do risco em uma carteira de investimento: uma aplicação a partir da teoria de Markowitz. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Paraíba.
8. **OLIVEIRA, J. C. T.**; WICKBOLDT, L. A.; MACIEL, D. S. C.; SILVA, M. C.; NASCIMENTO, H. F.. Participação em banca de Robinson Fonteles.O risco em uma carteira de ativos: uma abordagem prática à luz da teoria de Markowitz. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
9.

SILVA, M. C.; **OLIVEIRA, J. C. T.**. Participação em banca de Caio César de Lima Sá.Fatores motivadores no ambiente de trabalho: um estudo comparativo entre setor público e privado. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.

10. SILVA, M. C.; MACIEL, D. S. C.; **OLIVEIRA, J. C. T.**. Participação em banca de Thomas Cavalcanti.Aspectos do empreendedorismo no Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
11. **OLIVEIRA, J. C. T.**; SILVA, M. C.; PEREIRA, J. P. A.. Participação em banca de Kamilly Rosa de Sousa Santos.Determinantes macroeconômicos da inadimplência das empresas no Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
12. **OLIVEIRA, J. C. T.**; WICKBOLDT, L. A.; PEREIRA, J. P. A.; SILVA, M. C.. Participação em banca de Amanda Batista de Araújo.GOVERNANÇA CORPORATIVA: um estudo sobre a adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&F Bovespa por sociedades de economia mista. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
13. **OLIVEIRA, J. C. T.**; WICKBOLDT, L. A.; SILVA, M. C.; PEREIRA, J. P. A.. Participação em banca de Victor Chacon de Figueiredo.QUANTO VALE A PETROBRÁS? Uma análise a luz da moderna teoria da administração financeira. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
14. **OLIVEIRA, J. C. T.**; WICKBOLDT, L. A.; PEREIRA, J. P. A.; SILVA, M. C.. Participação em banca de Lays Gabriela Gouveia Barros.ANÁLISE FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE APOIO Á TOMADA DE DECISÃO: um estudo de múltiplos casos referente à Ambev, Petrobras e Vale do Rio Doce. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
15. **OLIVEIRA, J. C. T.**; SILVA, M. C.; ARAUJO, D. J. C.. Participação em banca de Jociely Miguel da Silva.A importância da comunicação mercadológica para a construção da marca. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa.
16. SILVA, L. D. C.; PEREIRA, J. P. A.; **OLIVEIRA, J. C. T.**. Participação em banca de Jadilma Ruana Silva.Distribuição Espacial da Extrema Pobreza na Paraíba: Uma análise em nível municipal para o período 2000-2010.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Paraíba.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Dia da África.Economia Africana: conjuntura e perspectivas. 2014. (Seminário).
2. I Ciclo de Palestras Sobre o Papel Social do Contador no Cenário Nacional Atual. A importância das informações contábeis para o mercado de capitais. 2014. (Congresso).
3. X Encontro de Economia Baiana.Crescimento Econômico e Mercado de Crédito: Evidências Empíricas para os Estados Brasileiros. 2014. (Encontro).
4. XIV Encontro Brasileiro de Finanças.As Agências de Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo sobre as atribuições de risco. 2014. (Encontro).
5. XIV Encontro Brasileiro de Finanças.As Agências de Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo sobre as atribuições de risco. 2014. (Encontro).
6. IX Encontro de Economia Baiana.Os Ratings de Risco Soberano e os Fundamentos Macroeconômicos dos Países: um estudo utilizando dados em painel. 2013. (Encontro).
7. V Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos.Política Monetária em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidências Empíricas. 2013. (Encontro).
8. XII Encontro Mineiro de Estatística.A dependência entre a inflação cabo-verdiana e a portuguesa: uma abordagem de copulas. 2013. (Encontro).
9. XVIII Encontro Regional de Economia.Política Monetária em Cabo Verde e Mudanças Macroeconômicas: Evidências Empíricas. 2013. (Encontro).
10. III Encontro de Economia do Espírito Santo.Análise da volatilidade nos preços futuro do cacau. 2012. (Encontro).
11. III Encontro de Economia do Espírito Santo.Impacto dos fatores macroeconômicos na emissão de ações na bolsa de valores. 2012. (Encontro).
12. III Encontro de Economia do Espírito Santo.Modelo Black & Scholes e volatilidade determinística: uma analise para o mercado futuro do boi gordo. 2012. (Encontro).
13. I Encontro Nacional dos Estudantes Caboverdianos no Brasil... 2008. (Encontro).
14. Evento de Extensão UnB, Economia e Brasil ? 45 anos. 2007. (Congresso).
15. VIII Semana do Empreendedor. Estudo de Caso: comportamento empreendedor dos univesitários caboverdianos no Brasil versus univesitários caboverdianos em Portugal. 2007. (Congresso).
16. VI International Colloquium on Macrodynamic Capability and Economic Development. 2007. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **OLIVEIRA, J. C. T.**. I Encontro Nacional dos Estudantes Caboverdianos no Brasil. 2008. (Congresso).

Orientações

Dissertação de mestrado

1. José Felix Moniz Delgado. Análise dos determinantes macroeconómicos da inadimplência bancária: uma evidência empírica para Cabo Verde e Maurícia. 2020. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Economia e Finanças) - Universidade de Cabo Verde, . Orientador: Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira.
2. Nelson Jacinto Andrade dos Santos. Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro: Evidências Empíricas para os Países da África Subsaariana. 2020. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Economia e Finanças) - Universidade de Cabo Verde, . Orientador: Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Robinson Fonteles. O risco em uma carteira de ativos: uma abordagem prática à luz da teoria de Markowitz. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa. Orientador: Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira.
2. Kamilly Rosa de Sousa Santos. Determinantes macroeconômicos da inadimplência das empresas no Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa. Orientador: Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira.

CURRICULUM VITAE
ORLANDA DUARTE FERREIRA

INFORMAÇÃO PESSOAL

Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Achada de Santo António, Praia (Cabo Verde)

+238 2609120/2624626 +238 9912305

Orlanda.Ferreira@inps.cv ou oferreira09@gmail.com

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2017 -	Presidente da Comissão Executiva e do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
2018 -	Administradora não Executiva do banco, Caixa Economica de Cabo Verde (CECV)
2016- 2017	Administradora Executiva do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

2001–2016 Deputada da Nação,

Presidente da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento;

Membro das Redes de Mulheres Parlamentares e de População e Desenvolvimento;

Membro do Parlamento Pan-africano com Sede em Joanesburgo, Africa do Sul

Membro do Parlamento da CEDEAO, com Sede em Abuja-NIGÉRIA, tendo desempenhado responsabilidades no âmbito da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Controlo Orçamental.

1999–2001 Ministra do Emprego, Formação e Integração Social

Governo de Cabo Verde

Ministério do Emprego, Formação e Integração Social -

Coordenação das políticas do Emprego, das Relações e Condições de Trabalho, da Formação Profissional, da Promoção Social e da Proteção e Integração Social

Tutela do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), do Instituto Caboverdiano de Menores (ex ICM) e atualmente ICCA e do Instituto da Condição Feminina (ex ICF, atual ICIEG)

Coordenação das relações com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UNICEF

1997–1999 Presidente do Conselho de Administração

A PROMOTORA, Sociedade de Capital de Risco, SA

Promoção de técnicas de projectos de investimentos de modernização tecnológica, com elevado potencial de crescimento e rentabilidade desde a fase de criação até à maturidade e apoio no desenvolvimento e recuperação de empresas com impacto no tecido económico cabo-verdiano; experiência no financiamento de empresas sob a forma de subscrição de acções /quotas e com caracter temporário e minoritário.

1991–1997 **Administradora Executiva**

GARANTIA, Companhia De Seguros de Cabo Verde, SA

Membro do Conselho de Administração

Administradora Executiva e por acumulação Directora da Região Norte com Sede em S.Vicente;

Definição, e promoção de estratégias visando o desenvolvimento actividade seguradora em Cabo Verde nos Ramos Vida e Não Vida, tendo como valores um Cabo Verde Seguro e estável; técnicas de resseguro, análise de risco e de sinistralidade.

1991–1991 **Presidente da Comissão de Gestão do ISPS-Instituto de Seguros e Previdência Social**

ISPS-Instituto de Seguros e Previdência Social

Coordenação da Comissão de Gestão do Instituto de Seguros e da Previdência Social (ISPS), criada pelo Governo, tendo como objectivo a cisão do Instituto em duas instituições independentes, separando o Sistema da Previdência Social da actividade seguradora. Resultado:

1) Criação do INPS - Instituto Nacional da Previdência Social, dotado de Estatuto, orgãos de gestão e património proprios;

2) Criação da Garantia- Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA, dotado de estatuto e em condições de ser privatizada.

1984–1991

ISPS - Instituto de Seguros e Previdência Social

As actividades realizadas abrangem todas as relacionadas com o desenvolvimento e o alargamento do sistema da Previdência Social e a gestão dos Seguros, tendo desempenhado varias funções de Chefias:

1988/1991 - Directora Regional, com responsabilidades a nível dos escritórios com sede em S. Vicente; 1985/1988 - Gestora dos negócios de Seguros, de prestações da Previdência Social e Assessora do Director Geral do ISPS.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

2004–2007 **Mestrado em Gestão Global; Pós Graduação em Gestão Empresarial**

Mestrado em Gestão Global

ISCTE- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa (Portugal)

Principais disciplinas:

- Finanças Empresariais

© União Europeia, 2002-2015 | http://europass.cedefop.europa.eu

- Gestão em Sistemas e Tecnologias de Informação
- Métodos Quantitativos
- Empreendedorismo
- Gestão de Recursos Humanos
- Estratégia Empresarial
- Sistemas de Informação Contabilística e Financeira

1979–1984 **Licenciatura em Economia**

Ensino Superior

ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa (Portugal)

Principais disciplinas:

- Econometria
- Estatistica
- Politica Monetária e Financeira
- Avaliação de Projectos
- Politica Economica
- Economia Publica
- Moeda e Credito
- Direito Administrativo

1991–2018

Participação em diferentes conferencias, seminários e cursos de curta duração, designadamente:

- Seminario sobre a Reforma em Curso do Sistema Financeiro (2018)
- Forum 20 Anos da Bolsa: Financiamento da Economia, Mercado de Capitais e Instrumentos de Capacitaçao de Capitais"
- Seminario: Programa Avançado Corporate Governance (2017)
- Seminario sobre Mercado de Capitais (2017)
- Conferência: desafios da Governança na Atualidade e a Problematica da Participaçao Publica nos Processos de Decisão.
- Forum Mundial, sobre Segurança Social
- Seminário Regional de Formação de CEDEAO sobre a Orçamentação e Planificação Sensíveis ao Género;
- Seminário sobre "Global Intellectual Property Academy"(George Washington University Law Scholl);
- Seminário sobre "A Relação entre a Contabilidade e a Tributação Empresarial".
- Seminário Internacional intitulado «O Orçamento, Politicas Públicas e Género»
- Seminário sobre "A perspectiva de Género e Direitos Humanos no Orçamento".
- Curso sobre Elaboração, Avaliação e Financiamento de Projectos de Investimento.
- Curso Intensivo de Organização e Funcionamento de Micro, Pequenas e

© União Europeia, 2002-2015 | http://europass.cedefop.europa.eu

Médias Empresas – IADE;

- Curso de Seguro e Resseguro (ramo não Vida) – Londres
- Curso Intensivo de Segurança Social em OIT – Genève
- Curso de Actuariado – Seguradora Império, Portugal
- Curso de Análise e Avaliação de Projectos de Investimentos – CCISS;
- Curso de Gestão e Análise Financeira – IADE;
- Curso Intensivo em Estatísticas Sectoriais – INE;
- Curso de Formação de Formadores – IFAAG;
- Curso de Formação Pedagógica de Formadores - IEFP
- Curso Intensivo em Sistemas de Segurança Social: regimes contributivos e não Contributivos.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna

Criolo

Lingua official: Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	B2	C1	B1	B1	A2
francês	B2	C1	C1	C1	B1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação

- Espírito de equipa
- Forte sentido de responsabilidade
- Boa capacidade de adaptação
- Capacidade elevada de socialização
- Outras aptidões adquiridas através de actividades extra-curriculares e no contexto profissional.

Competências de organização

- Sentido de organização
- Sigilo Profissonal
- Comprometimento

© União Europeia, 2002-2015 | http://europass.cedefop.europa.eu

- Aptidão e gosto por uma aprendizagem contínua
- Outras competências adquiridas no contexto profissional.

Competências relacionadas com o trabalho

- Capacidade de liderança
- Espírito de equipe
- Outros conhecimentos adquiridos em organizacões profissionais e ONG's
  . Membro da Associação de Economistas de Cabo Verde,
  . Membro da Rede de Mulheres Economistas Africanas,
  . Membro da Rede de Mulheres Parlamentares e Ministras,
  . Membro das ONG's, "VERDEFAM e DRAGOEIRO".

- Docente no ISCEE (Instituto Superior de Ciências Económicas Empresariais);

- Outros conhecimentos adquiridos em consultorias e estudos, designadamente:

. Estudos de viabilidade económica e financeira de projectos empresariais,

. Estudo sobre a Protecção Social em Cabo Verde promovido pela OIT,

. Estudo sobre a promoção e financiamento de micro empresários e pequenas empresas visando o reforço do tecido empresarial.

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador independente	Utilizador avançado	Utilizador independente	Utilizador independente	Utilizador básico

Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

- Domínio das ferramentas do Microsoft Office;
- Domínio das ferramentas de mapeamento de processos;
- Conhecimento do sistema Primavera.

Competência adquirida através de formação académica e contexto profissional

Praia, Dezembro 2018

© União Europeia, 2002-2015 | http://europass.cedefop.europa.eu

António Carlos Moreira Semedo
Contacto: Móvel 9912318 Casa: 2621761
Email: moreirasemedo@gmail.com

Curriculum Vitae

Identificação:

António Carlos Moreira Semedo
Nascido aos 21 de agosto de 1964 em Santa Catarina - Ilha de Santiago - Cabo Verde
Morada: Palmarejo Baixo, Cidade da Praia.

Estudos Secundários:

Curso Complementar dos Liceus - Liceu Domingos Ramos - Praia - de 1978 a 1983, orientação Económicas e Geográficas (4º grupo) média final 15,33/20.

Estudos Universitários:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas (Ciências Económicas Aplicadas), pelo "Institut d'Administration et de Gestion" (IAG) da "Université Catholique de Louvain" - Louvain-la-Neuve, Belgica, de 1984 a 1989, especialisação Gestão Financeira. Classificação final: **Distinção**.

Tese de fim de estudos: "**La Planification Financière des Dossiers d'Investissement. Le cas d'une société multidivisionelles et multinationales**".

Conhecimentos Linguísticos:

	Leitura	**Escrita**	**Fala**	**Compreensão**
Português	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
Francês	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
Inglês	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
Espanhol	Média	Deficilmente	Deficilmente	Boa
Creolo	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente

Conhecimentos Informáticos:

Programação em Cobol, Pascal, Paradox e Dbase IV. Uso avançado de Softwares tais como: Lotus123, Excel, Quattro, VP Planner (Folha de Cálculos); Harvard Graphics, Boeing Graphs, (Gráficos); Time Line (Gestão de Projectos); Dbase IV, Paradox 3.5 (Base de Dados); WordPerfect, Word, etc. (Processamento de Textos).

Experiência Professional:

- 25 anos de experiência bancária, cobrindo as áreas de Crédito (investimento, tesouraria, habitação, etc.), "project finance", operações internacionais, gestão de linhas de crédito, meios de pagamento, Operações da Western Union, Microfinanças, etc. Conhecimento de experiencias e práticas bancárias de Portugal, Luxemburgo, Alemanha, Suécia e Inglaterra.

- 3 anos de experiência no sistema das Nações Unidas como responsável administrativo e Financeiro da UNICEF – Cabo Verde**.**

• **Desde Julho 2016 –** Presidente da Comissão Executiva da Caixa Económica de Cabo Verde, um dos principais bancos comerciais de Cabo Verde.

• **Agosto 2008 – Julho 2016 -** Administrador Executivo do Banco Interatlântico, grupo Caixa Geral de Depósitos, terceiro maior banco comercial de Cabo Verde.

• **Maio 1994 – Agosto 2008** - Administrador Executivo da Caixa Económica de Cabo Verde, responsável pelas áreas de: Operações com o Estrangeiro, Direcção Financeira (Mercado de Capitais, Títulos de Tesouro, Financiamento externo), Relação com as instituições financeiras internacionais, Informática , supervisão comercial de Agências, Analise de Crédito, Relação com a Emigração e do departamento de Microcrédito.

• **Janeiro 1994 – Maio 1994** - Director das Operações com o Estrangeiro da Caixa Económica de Cabo Verde.

• **Outubro 1993 Janeiro 1994** - Organização do Departamento das Operações com o Estrangeiro da Caixa Económica de Cabo Verde. Introdução e supervisão das operações internacionais na Caixa economica de Cabo Verde.

• **Abril 1992 - Outubro 1993**, Instalação e chefia da unidade de Contrôle das Operações dos Programas, - POC -(Programme Operation Control), UNICEF Cabo Verde.

• **Março 1990 - Abril 1992** – Responsavel Administrativo e Financeiro e Computer Focal Point da UNICEF Cabo Verde.

• **Janeiro - Fevereiro 1990** - INADI (Instituto Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Informática), Gabinete de Coordenação e Método.

• **1983-1984** - Professor do Ensino Básico Complementar em Achada Santo António - Praia.

Consultoria e Participação na Gestão de Outras Empresas

Desde Outubro de 2013 – Administrador da CV Garante – Garantia Mútua.

2003 a 2008 - Administrador da SISP, Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos (Empresa de Gestão de cartões de Débito e de crédito).

2005-2008 - Professor da disciplina Diagnostico Económico e Financeiro de empresas, na Universidade Jean Piaget, Praia Cabo Verde e no ISCEE (Instituto das Ciências Económicas e Empresariais)

1999-2003 – Monitor da disciplina de **Estatística Aplicada**, do curso de Gestão Bancária, do Instituto de Formação Bancária (IFB) de Portugal.

1998 – 2003 – Administrador da empresa Cimentos de Cabo Verde (empresa de importação de cimento a granel) em representação da Swedfund, Suécia.

• **1998** - Consultor da Morabi (ONG - Promoção da Mulher) no domínio da Planificação e Gestão.

• **1997** - Membro do Conselho Fiscal de Cimentos de Cabo Verde SARL.

Actividades do Instituto Mundial das Caixas Económicas (IMCE)

- Participação nas actividades do Instituto Mundial das Caixas Económicas, desde de 1985, entre as quais conferencias, congressos e fóruns, em diversos países (Bélgica, Espanha, Grécia, Républica Checa, Senegal, Kenia, Malasia), cobrindo tópicos tais como:

- Acesso aos Serviços Financeiros;
- Desenvolvimento da rede de agências;
- Remessas dos Emigrantes;
- Planificação estratégica dos bancos de retalho;
- Pagamentos electrónicos.
- Responsabilidade Social das Empresas;
- Microfinanças;

Participação em Comitivas Governamentais

Participação na comitiva governamental à República de Angola (1996 e 1997), á República Popular da China (1999) e à República Federativa de Brasil (2006).

Formações Bancárias e Seminários Executivos

- **Abril - Maio 1999** - Seminário sobre Sistema e Actividades Bancárias em Alemanha - Commerzbank Frankfurt, Alemanha.

- **Novembro -Dezembro 1998** - Seminário sobre Mercado de Capitais- Stockholm, Suécia

- **Abril – Maio 1997** - curso " International Bankers Course", Midlank Bank (actual HSBC), Londres.

- **Outubro - Dezembro 1993** - estágio no Banque et Caisse d'Epargne de l'Etat, Luxemburgo e Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, Portugal.

Seminários do UNICEF

- **Março de 1992** - Participação num seminário de Gestão Financeira, Administrativa e do Pessoal, da UNICEF, em Yamoussokro, Cote d'Ivoire.

- **Setembro de 1990 e Outubro de 1992** - Participação nas reuniões BPRC (Budget, Planning, and Review Commitee) para a Região da Africa Centrale Ocidental, em Abidjan, Cote d'Ivoire.

- **Maio de 1990** - Participação num seminário de Gestão Financeira, da UNICEF, em Abibjan, Cote d'Ivoire.

Interesse Profissional:

Participar na direcção de empresas, com especial interesse para o domínio da planificação estratégica e Gestão Financeira (Investimentos, Auditoria, Controle de Gestão, etc.,)

Outros Interesses:

Grande interesse pelos fenómenos do mercado financeiro, especialmente os fenómenos bolsistas. Grande interesse igualmente pela informática.

Célia Maria Barreto dos Santos

celia.santos@sapo.cv
celia.santos@caixa.cv
(+238) 993 9373



ENDEREÇO RESIDENCIAL
Achada Santo António,
Rua Jardim Gulbernkian n.º6
Praia (Cape Verde)

PHONE
(+238) 93 73

EMAIL
celia.santos@sapo.cv

ENDEREÇO PROFISSIONAL
Caixa Económica de
Cabo Verde, CP 199,
Vársia, Praia (Cape Verde)

PHONE
(+238) 260 3601

EMAIL
celia.santos@Caixa.cv

Actividade / Experiencia Profissional

→ Jun 2016 – Presente

Administradora Executiva
Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde)

→ 2016 e 2015

Coordenadora de equipa
- Projeto SAR (Sistema de Avaliação baseada no risco) – 2016
- Projecto implementação Aviso 4 e 5 - 2015
- Projecto Certificação da Caixa pela norma ISO 9001

Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde)

→ 2015 – 2016

Assessora da Comissão Executiva
Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde

→ 2011– 2015

Directora Administrativa e Recursos Humanos
Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde)

→ 2009 – 2011

Coordenadora do Gabinete de Organização Estudos e Projectos
Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde)

→ 2004 – 2009

Coordenadora do Gabinete de Organização e Qualidade
Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde)

→ 2009 – 2016

Membro da equipa elaboração dos Planos Estratégicos
Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde)

→ 2002 e 2004

Gestora dos Projectos de Elaboração
- Manual de Acolhimento dos novos colaboradores e o Manula de Formação, em parceria com Global Consulting – 2004
- Manuais de Organização e de procedimentos da Caixa, em parceria com BDO - 2002

→ 2001 – 2004

Gerente Agência Central da Fazenda
Caixa Ecónomica de Cabo Verde, Praia (Cabo Verde)

Formação Académica

→ 2000

Pós Graduação em Gestão e Finanças Empresariais – IFB

→ 1993

Licenciatura em Economia
Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa (Portugal)

Cursos, Seminários e Congressos

→ 2017 - 2018

- ISO 9001 – IBEROGESTÃO, Praia;
- Banka 3G – Exictos, Praia;
- Governança Corporativa – ATTF, Praia
- Auditoria Baseada no Risco e Auditoria Forense – Dr. Nuno Castanheira, Praia;
- A Reforma em Curso do Sistema Financeiro em Cabo Verde, BCV
- Workshop Implementação do COSO – ATTF, Praia
- Programa 7 Líderes - Flow C&L

→ 2015

- Reforma Fiscal de Cabo Verde - IRPC, Praia;

→ 2014

- Perspectivas Futuras da ISO 9001:2015 – Galiano Consulting, Praia;
- Curso Prático de Estratégia, Planeamento e Monotorização - Leadership, Praia;
- Marketing Digital – Mundiserviços, Praia
- Personis Avaliadores - Novaconsulting, Praia;
- Comunicação Não Verbal - Novaconsulting, Praia

→ 2013

- Auditorias Interna da Qualidade– IBEROGESTÃO, Praia;
- Comunicação Institucional - CEGOC, Praia
- Gestão por Processos – IBEROGESTÃO, Praia;

→ 2012

- Qualidade no Atendimento - IFB, Praia;

Línguas

Português
Francês
Inglês
Espanhol

Conhecimentos de Informatica na Óptica do Utilizador

Microsoft Office 2000,
Microsoft Windows Xp

Celia.santos@sapo.cv
(+238) 993 9373

CÉLIA
SANTOS

Cursos, Seminários e Congressos

→ 1995 - 2010

- Accção de formação “ Avaliação de Projectos” IFAP – COPRAI, 3-17 Fev 1995
- Formação “ Análise de Crédito e Crédito Scoring “ CECV-Montepio13-17 Fev 1995
- Formação “Gestão do Risco do Risco “ CECV – MONTEPIO 3 – 7 Abril 1995
- Seminário “ Comptabilité et Analyse Finaciere” CEFEB - Centro Cultural Francês, 8-12 Maio 1995
- Estágio na Caixa Geral de Depósitos, Lisboa e Porto, Portugal 5 – 30 Set 95
- Seminário “ Des Entreprises vue par les Bancs” CEFEB - Centro Cultural Francês, 21-25 Maio 1996
- Formação “ Análise de Crédito” - IFB – Instituto de Formação Bancária 8 – 12 Dez.1997
- Curso de “ Actuariado “- Banco Central de Cabo – Verde, 4-8 Maio 98
- Estágio na Caixa Económica Federal - Brasília, 10/06/98 a 2/7/98;
- Seminário “ L’Análise des Risques d’entreprises et la constituition d’une centrale de bilan” CEFEB - Centro Cultural Francês, 11-15 Maio 98;
- Pós Graduação no IFB Portugal “Curso Avançado de Gestão Bancária” Janeiro a Dez 2000;
- Seminário “Techniques de vente” ATTF Luxembourg 18-20 Nov. 2002;
- Seminário “Prévention contre le blanchiment d’argent” ATTF Luxembourg 2 - 4 Dec 2002;
- Oficina de Gestão “ Como construir Planos de Comunicação Interna”, Global Consulting, Portugal, 30/4 a 8 de Maio 2003;
- Estágio na CEMG- Direcção de Organização e Qualidade, 5-9 de Maio 2003;
- Formação “Visa First” , 29 Março – 2 Abril 2004;
- Desenvolvimento de Recursos Pessoais de Liderança, 2Nov.04 Global Consulting
- Formation des formateurs – Agence de Transfert de Tecnologie Financiére (ATTF- BCV), 27 de Set. A 1 de Outubro 2004
- Desenvolver competências de Gestão em Qualidade Ambiente e Segurança, CEGOQ Lisboa 18-20 Setembro;
- Gestão de competências e coaching- CEGOQ 25- 29 Setembro 2006´
- Conseguir resultados Estratégicos através do BSC, APQ Coimbra 31 Out 2007
- 7 Hábitos Maximizer CEGOQ, Lisboa 9 de Maio de 2008
- GESTÃO DE PROJECTOS, Lisboa APQ Maio a Junho 2009
- 2010- ITIL e COBIT, Capeduc, Praia 17 a 21 de Maio 2010
- ISO 9001:20108 – IBEROGESTÃO, Praia;
- Testes de Aptidões Profissionais- SHL, Portugal;
- Métricas em Gestão de Pessoas – Nova Consulting, Praia
- Gestão Estratégica de Activos Humanos no Séc. XXI – Vantagem +, Praia;
- Auditorias da Qualidade – IBEROGESTÃO, Praia;



Antão Miguel de Morais Lima Chantre

DATA DE NASCIMENTO:
15/01/1974

CONTACTO

Nacionalidade: Cabo-verdiana

Género: Masculino

Ondas do Mar, Bloco B2, 5ºD
Praia, Cabo Verde

chantre@gmail.com

(+238) 9931850

LinkedIn: https://www.linkedin.com/in/ant%C3%A3o-chantre-3545025/

SOBRE MIM

Accomplish InterBanking Payment System management with professional experience in Security System, Data Base, Data Science and Innovation. Strong Financial control that generate significant Financial results. New challenges in a progressive organisation Team leader and Actively involved in the company success

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

07/2016 – ATUAL – Praia, Cabo Verde

Administrador Executivo

Caixa Económica de Cabo Verde

31/10/2011 – 30/06/2016

Director Geral

SISP - Sociendade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Praia, Cabo Verde

07/2000 – 10/2011

CIO

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento - www.vinti4.cv

Administrador de Base de Dados - Oracle RAC and Dataguard
Administrador de Sistemas - Linux and Windows Active Directory
Cluster com HP MC Service Guard

Chefe de Projecto da Implementação da VISA

Chefe de Projecto da certificação PCI-DSS

Disaster Recovery Plan Project Manager

861, Praia, Cabo Verde

25/04/2012 – 27/04/2012

Conferencista

Cartes Afrique

Conferencista no Painel sobre os Sistemas de Pagamentos Electrónicos em Cabo Verde

Marrakech, Marrocos

12/2003 – 10/2011

IT Manager

ADA SOLUÇÕES - www.portalada.cv

Data Recovery - BCV, TECNICIL, ELECTRA, MACRO

Auditoria Informática no INPS

Desenho e implementação de uma rede Linux INMG, SDTIBM

Joomla Sites

Cabo Verde

10/2008

- **IT Consulting**

  OCTO STRATEGY - www.octostrategy.com

  BCP (Business Continuity Plan)& DRS (Disaster Recovery System) expert.
  Security System Audit - ISO 27000 and PCI-DSS
  Desenho e Implementação da SPAUT (Interbancaria de São Tomé)

  Auditoria do Sistema Electrónico de Pagamento na EMIS (Banco Central Angolano) - Angola

  Lisboa, Portugal

2006

- **Professor**

  ISCEE - www.iscee.edu.cv

  Gestão de Sistemas Informáticos
  Auditoria de Sistemas de Informação

  Praia, Cabo Verde

2002 – 2003

- **Professor**

  Jean Piaget - www.unipiaget.cv

  Algoritmo e estrutura de Dados I

  Praia, Cabo Verde

1998 – 2000

- **Administrador de Sistemas**

  ELECTRA - www.electra.cv

  Administrador de Base de Dados Oracle
  AIX System Administrator
  Windows Network administrator
  Delphi Developer

  Mindelo, Cabo Verde

1997 – 2000

- **Professor**

  ISECMAR - www.unicv.edu.cv

Analise Matemática I, Informática I, Informática II, Computação Gráfica, Arquitectura de Computadores e Sistemas Operativos

Mindelo, Cabo Verde

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

2007 – 2011 – Florianoplolis, Brasil

Pós Graduação "Gestão de Segurança de Sistemas de Informação"

SENAI

Gestão de Segurança de Sistemas de Informação
COBIT
ITIL
ISO 27000
BCP

Pós Graduação

1991 – 1998 – Coimbra, Portugal

Licenciatura

Universidade de Coimbra

Base de Dados
SistemasProgramaçãoArquitectura de Computadores

Área(s) de estudo

- Engª Informática

Licenciatura

03/06/2019 – 07/06/2019 – Luxembourg, Luxemburgo

Shaping the Future of your Bank Executive Programme: A Strategic Bank Management Review

ATTF

27/11/2017 – 15/12/2017 – Praia, Cabo Verde

Ciclo de Analistas de Crédito

IFB - Instituto de Formação Bancária

20/11/2017 – 22/11/2017 – Praia, Cabo Verde

Formação em Auditoria Baseada no Risco e Auditoria Forense

14/11/2015 – 15/11/2015 – New York, Estados Unidos

Conferência

FINOVATEFALL

15/08/2015 – 20/08/2015 – Praia, Cabo Verde

- **Managing HP 3PAR StoreServ I e II**
  HP - Hewlett-Packard Education

01/08/2015 – 03/08/2015 – Praia, Cabo Verde

- **Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Efícazes - Programa compromisso versão 4.0**
  FranklinCovey

Singapura

- **MasterCard Innovation Forum**
  MasterCard

08/09/2014 – 10/09/2014 – Washington, Estados Unidos

- **ATM&Mobile innovation summit - The Future of Payments**
  ATM&Mobile summit 2014

  www.atmandmobilesummit

06/07/2013 – 08/07/2013 – Praia, Cabo Verde

- **Corporate Governance & Compliance**
  ATTF Luxembourg

29/09/2013 – 28/11/2013

- **Creativity, Innovation, and Change**
  Coursera

  www.coursera.org

27/02/2013 – 28/05/2013

- **Developing Innovative Ideas for New Companies: The First Step in Entrepreneurship**
  Coursera

  www.coursera.org

08/07/2012 – 10/07/2012 – Praia, Cabo Verde

- **Gestão Financeira para não Financeiros**
  MundiServiços

29/10/2011 – 19/12/2011

- **Pen Test: Técnicas de Intrusão em Redes Corporativas**
  4LINUX

  www.4linux.com.br

17/09/2011 – 18/10/2011

- **Segurança em Servidores Linux: Norma ISO 27002**
  4LINUX

  www.4linux.com.br

01/2002 – 2010 – Lisboa, Portugal

- **Oracle Database Administration**
  ORACLE

  Oracle Administration I - 9i
  Oracle Administration II - 9iOracle RAC - 10g

  Oracle rman - 10gOracle tunning - 10g

  Administração de Base de Dados Oracle

2008 – 2009 – Praia, Cabo Verde

- **Managing Project**
  The George Washington University (ESI INTERNACTIONAL)

  PMI Managing Project

  Área(s) de estudo
  - Formação em PMI

30/08/2008 – 28/09/2008 – Praia, Cabo Verde

- **Técnicas de Desenvolvimento de Sociedades de Informação**
  Cooperação CE - PALOP - PIR PALOP II, Praia (Cabo Verde)

  Formação de Formadores

10/11/2007 – 12/11/2007 – Madrid, Espanha

- **Conference Datacenter**
  IIR Espanha

  Datacenter Administration

22/10/2006 – 26/10/2006 – Brasilia, Brasil

- **BCM**
  DRI - Institute For Continuity Management

  Business Continuity Management Course for Advanced Profissionals

  Formação

1999 – 2005 – Lisboa, Portugal

- **Formação em HPUX**
  HP

  HP-UX System Administration I
  HP-UX System Administration II
  HP-UX Logical Volume Manager, MirrorDisk/UX e On-Line JFS

1999 – 2001 – Praia, Cabo Verde

Microsoft Certified

RUMOS

M2151 – Microsoft Windows 2000 Network and Operating System Essencials
M2152 – Implementing Microsoft Windows 2000 Professional and Server
M2153 – Implementing a Microsoft Windows 2000 Infrastructure
M2152–Implementing and Administering Microsoft Windows 2000 Directory Services
M2150 – Designing a Secure Microsoft Windows 2000 Network
Deploying and Managing MS Internet Security and Acceleration Server 2000
M1572 – Implementing and Managing Microsoft Exchange 2000
ICND – Interconnecting Cisco Network Devices

MCSE - Microsoft Eng. Certified

14/05/2005 – 24/05/2005 – Goiania, Brasil

Data Recovery Trainning

Digital Recovery

Recuperação de Dados em Discos

Área(s) de estudo

- Data Recevery

11/2004 – 12/2004 – Lisboa, Portugal

Formação em CISCO - ICND

RUMOS

Interconnecting Cisco Network Devices

Networking

09/1999 – 12/1999 – Lisboa, Portugal

Administração de Sistemas e Base de Dados

EDINFOR

AIX AdministrationOracle AdministrationDCE (Distributed Computing Environment) Administration, with ENCINA

Área(s) de estudo

- Estágio e Formação Profissional

10/1998 – 11/1998 – Praia, Cabo Verde

Formação

TOPINFOR

Windows NT workstation
Windows NT Server

Área(s) de estudo

- Windows Network

COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

LÍNGUA(S) MATERNA(S): Portugues

Ingles

Compreensão oral	Leitura	Produção oral	Interação oral	Escrever
B1	**B1**	**B1**	**B1**	**B1**

Frances

Compreensão oral	Leitura	Produção oral	Interação oral	Escrever
B1	**B1**	**B1**	**B1**	**A2**

CARTA DE CONDUÇÃO

- Carta de condução: **B**

MODELO EUROPEU DE CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	YARA HELENA SEMEDO CRAVEIRO MIRANDA SEMEDO
Morada	CIDADELA CP – 156 C - FAZENDA PRAIA, CABO VERDE
Telefone	(00238) 261 63 63
Telemóvel	(00238) 979 52 98
Correio electrónico	yara34@hotmail.com
Nacionalidade	Cabo-verdiana e Portuguesa
Data de nascimento	30- 03 - 1979

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CIENTÍFICA

• Desde Maio de 2015	Presidente
• Nome da instituição	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais - ISCJS
• Desde Junho de 2016	Membro do Conselho de Administração
• Nome da instituição	Caixa Económica de Cabo Verde
• Função ou cargo ocupado	Administradora Não Executiva
• Desde Maio de 2015	Directora de Revista Científica
• Nome da instituição	Revista Cabo-Verdiana de Ciências Jurídicas e Sociais
• Novembro de 2011- Maio de 2015	Chefe de Departamento de Direito e Estudos Internacionais e Coordenadora do Curso de Direito
• Nome da instituição	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
• Desde Novembro de 2010	Advogada e Sócia
• Nome da instituição	Advogados e Jurisconsultos
• Função ou cargo ocupado	Advocacia e Consultoria
•Áreas de Especialização	Contencioso, Arbitragem, Contratos Públicos e Privados Societário, Comercial, Financeiro e Laboral
• Desde Outubro de 2009	Membro do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico
• Nome da instituição	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
• Função ou cargo ocupado	Vogal
• Desde Outubro de 2008	Leccionação das Disciplinas de Direito das Obrigações, Direito Comercial I, Direito Comercial II e Direito das Sociedades Comerciais
• Nome da instituição	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

• Função ou cargo ocupado	Professor Regente
• Outubro de 2008 – Janeiro 2010	Leccionação da Disciplina de Direito das Obrigações
• Nome das instituições	Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
• Função ou cargo ocupado	Professor Regente
• Setembro de 2006 – Agosto de 2008	Advogada
• Nome da instituição	PLMJ – A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados – Sociedade de Advogados, RL (Portugal)
• Função ou cargo ocupado	Advocacia e Assessoria Jurídica
• Áreas de Especialização	Contencioso Cível e Penal Societário e Financeiro
• Anos lectivos 2003/2004 e 2004/2005	Colaboração na leccionação da disciplina de "Contratos Civis e Comerciais"
• Nome da instituição	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
• Função ou cargo ocupado	Colaboradora

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

• Maio/Junho 2016	Formação em Arbitragem, Conciliação e Contratação Pública
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (Cabo Verde) e ARAP
• Ano Lectivo 2005/2006	VII Curso de Pós-Graduação em Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
• Classificação Final	16 Valores
• Anos Lectivos 2002/2003 e 2003/2004	1ª Fase do 5º Programa de Doutoramento e Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
• Principais disciplinas/competências profissionais	Direito Civil; Direito Constitucional, Investigação Jurídica; Teoria do Direito; Direito Privado Comparado e Metodologia do Direito
• Classificação obtida (fase escolar)	Aprovada com Distinção
• Área de Especialização	Direito Privado
• Tema da Dissertação de Doutoramento (redacção em curso)	***A Responsabilidade Civil pela Ruína de Construções e o Respectivo Seguro*** **(redacção em curso)**
• Junho de 2000 – Janeiro de 2000	Projecto de Investigação sobre "Mecanismos de resolução de litígios nos PALOP"
• Nome da instituição promotora	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian
• Função ou cargo ocupado	Investigação
• Principais actividades e responsabilidades	Análise do Sistema Judiciário do Estado em Cabo Verde
• 1997 - 2002	Licenciatura em Direito
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
• Principais disciplinas/competências	Jurídicas

profissionais	
• Designação da qualificação atribuída	Licenciatura
• Classificação final	17 Valores
PROJECTOS LEGISLATIVOS	- Autora do anteprojecto da Lei das Cláusulas Contratuais Gerais; - Membro da equipa de consultores responsável pela elaboração do anteprojecto do Código Comercial; - Membro da equipa de consultores responsável pela elaboração do anteprojecto do Código das Sociedades Comerciais; - Membro da equipa de consultores para elaboração do anteprojecto da lei de alteração do Código de Processo Civil.
ARTIGOS PUBLICADOS	- *"Litígios e pluralismo em Cabo Verde – A organização judiciária e os meios alternativos"*, in **THEMIS**, Revista da Faculdade de Direito da UNL, Ano II, n.º 3, 2001; - *" Venda de Coisa Alheia"*, in **THEMIS**, Revista da Faculdade de Direito da UNL, Ano VI, n.º 11, 2005; - *"Autorizações Legislativas"*, in Dicionário Jurídico de Administração Pública – 3º Suplemento, Coimbra Editora, 2007; - *"As Cláusulas Contratuais Abusivas em Matéria de Relação de Consumo – A Directiva 93/13/CEE e a sua Transposição para o Direito Português, Espanhol e Francês"*, in Direito Privado e Direito Comunitário – Alguns Ensaios, Âncora Editora e FDUNL, 2007; - *"O Exercício da Actividade de Promoção Imobiliária – Necessidade de Regulação vs Proteccionismo Excessivo"*, in Estudos em Comemoração do V Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, ISCJS, Praia, 2012.
APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS	
PRIMEIRA LÍNGUA	**PORTUGUÊS**
OUTRAS LÍNGUAS	
	INGLÊS
• Compreensão escrita	BOM
• Expressão escrita	BOM
• Expressão oral	BOM
	FRANCÊS
• Compreensão escrita	BOM
• Expressão escrita	ELEMENTAR
• Expressão oral	ELEMENTAR
	ALEMÃO (CURSO DE ALEMÃO NO GOETHE INSTITUT LISSABON – FREQUÊNCIA DO NÍVEL G5)
• Compreensão escrita	ELEMENTAR
• Expressão escrita	ELEMENTAR
• Expressão oral	ELEMENTAR
APTIDÕES E COMPETÊNCIAS SOCIAIS	Conviver e trabalhar com outras pessoas, em meios multiculturais, em funções onde a comunicação é importante e situações onde o trabalho de equipa é essencial; na Universidade em associações académicas e nos projectos de investigação
APTIDÕES E COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO	Coordenação e gestão de pessoas, projectos; em associações (União de Estudantes Cabo-Verdianos de Lisboa), nos estágios profissionais e investigações científicas
APTIDÕES E COMPETÊNCIAS TÉCNICAS	CONHECIMENTOS INFORMÁTICOS NA ÓPTICA DE UTILIZADOR

europass Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome e Apelido: Domingos Veiga Mendes

Data Nascimento: 25 de Maio de 1972

Nacionalidade: Caboverdeano

Profissão: DOCENTE UNIVERSÁRIO AREA ECONOMIA E GESTÃO

Morada: ACHADA SÃO FILIPE, PRAIA, ILHA DE SANTIAGO

Telefone: 9953817 / 9173051

Email: dimas.poa2008@gmail.com

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2016–2021 DOCENTE INSTITUTO SUPERIOR CIENCIAS JURIDICAS E SOCIAIS

2016–2020 VEREADOR TURISMO CULTURA E ECONOMIA MUNICIPAL E PROTEÇÃO CIVIL E COMERCIO CAMARA MUNICIPAL RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

2012–2016 PRESIDENTE ASSEMBLEIA MUNICIPAL RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

2010–2016 DOCENTE UNIVERSITÁRIO DISCIPLINAS INTRODUÇÃO Á ECONOMIA, ECONOMIA E GESTÃO, MACROECONOMIA, MICROECONOMIA, ECONOMIA DA EMPRESA, HISTORIA DO PENSAMENTO ECONOMICO, MARKETING, UNIVERSIDADE JEAN PIAGET DE CABO VERDE

2010–2016 DOCENTE UNIVERSITÁRIO DISCIPLINAS INTRODUÇÃO Á ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, ECONOMIA DA INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO, INSTITUTO SUPERIOR CIENCIAS JURIDICAS E SOCIAIS

2010–2013 DIRECTOR GABINETE DE DESENVOVIMENTO LOCAL, CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

2013–2015 DIRECTOR ESCOLA OFICINA CIDADE VELHA

2000–2008 TÉCNICO SUPERIOR DO MINISTÉRIO AGRICUTURA E AMBIENTE, DGPOG

2000–2008 DOCENTE DISCIPLINA ECONOMIA, ESCOLA SECUNDÁRIA "CONEGO JACINTO PEREGRINO DA COSTA"

1999–2000 DOCENTE DISCIPLINA MATEMÁTICA ESCOLA SECUNDÁRIA "CESATINA RAMOS"

1992–1996 DOCENTE DISCIPLINA GEOGRAFIA ESCOLA SECUNDÁRIA "CONEGO JACINTO PEREGRINO DA COSTA"

1991–1992 DOCENTE DISCIPLINA GEOGRAFIA ESCOLA SECUNDÁRIA "OLAVO MONIZ"

1990–1991 DOCENTE DISCIPLINA HISTÓRIA CICLO PREPARATÓRIO "AGUA DE GATO", SÃO DOMINGOS, ILHA DE SANTIAGO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

2008–2010 MESTRADO EM ECONOMIA, UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL, UFRGS, BRASIL

1996–2000 LICENCIATURA EM ECONOMIA, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, UNESP, ARARAQUARA, SÃO PAULO, BRASIL

08/09–2007 FORMAÇÃO SOBRE "AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA", SHANG SHA, CHINA

08–2004 FORMAÇÃO SOBRE "CONTAS NACIONAIS DA AGRICULTURA", INE, ROMA, ITÁLIA

2004 FORMAÇÃO SOBRE "RECENSEAMENTO GERAL DA AGRICULTURA, PRAIA, CABO VERDE

2003 FORMAÇÃO SOBRE "UTIIZADORES SGBD / WINDISP / VISUAL CARD, AGRHYMET, NIAMEY, NIGER

2003 FORMAÇÃO SOBRE "RECENSEAMENTO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS, INE, PRAIA, CABO VERDE

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna CRIOULO E PORTUGÊS

Outras línguas

Inglês COMPRENSÃO ESCRITA: RAZOAVEL
LEITURA: BOM
EXPRESSAO ORAL: RAZOAVEL

Francês COMPRENSÃO ESCRITA: BOM
LEITURA: BOM
EXPRESSAO ORAL: BOM

Espanhol COMPRENSÃO ESCRITA: MBOM
LEITURA: BOM
EXPRESSAO ORAL: RAZOAVEL

Competências de organização	- Boa capacidade de organização e de iniciativa, dedicado, dinâmico e empenhado, capacidade de adaptação a ambientes multiculturais - Boa capacidade de comunicação, espírito de equipa, flexibilidade, capacidade exposição de ideias e conteúdos em público, - Boa capacidade de liderança
Competências informáticas	- Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador (Word, Excel, Power Point, internet)
Outras competências	- Capacidade de elaboração de estudos e de planejamento - Capacidade de analisar fenómenos socioeconómicos e suas implicações - Espírito de investigador - Capacidade de dinamizar trabalhos em grupo e de instigar a produção científica
Carta de Condução	Sim

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Filiações	-
Referências	-
Seminários	



BRUNO MIGUEL DELGADO GOMES LOPES

Data Nascimento: 25/07/1979
Nacionalidade: Caboverdiana
Contacto: bruno.lopes@llo.cv

CARGOS ACTUAIS

Partner da LLO – Sociedade de Auditores Certificados, Lda

Auditor Financeiro (Auditor Certificado n.º 31)

Chief Financial Officer da Cabeólica, S.A. (PPP de € 61 milhões, financiada pelo BEI e BAD e responsável por cerca de 20% da eletricidade no país)

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS

Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) - Universidade de Lisboa

Pós-Graduação em Auditoria e Revisão de Contas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – Lisboa

Mestrado em Finanças pelo ISEG – Universidade de Lisboa

Frequência de inúmeros cursos de formação profissional e seminários técnicos promovidos em Cabo Verde, Portugal, Inglaterra, África do Sul e Singapura, pela PricewaterhouseCoopers, IFAC, Infocus Internat. Clarion, BCV, BVC e OPACC, nomeadamente nos domínios de energia, banca, finanças, auditoria, fiscalização, fiscalidade, governance, IFRS (*Internat. Financial Reporting Standards*) e ISA (*International Standards on Auditing*).

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

2001 a 2002 - Gestor Interno do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - Portugal

2002 a 2006 - Auditor da PricewaterhouseCoopers (Cabo Verde)

2006 a 2009 - Supervisor Auditoria- PricewaterhouseCoopers (Cabo Verde)

2009 a 2011 - Assessor do Conselho de Administração e Administrador Suplente SITA, S.A. e Director Geral da Macro -Trading, S.A. (Grupo SITA)

2011 até à data – Chief Financial Officer da Cabeólica, S.A.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Experiência de mais de 15 anos em auditoria em diversas empresas e instituições nacionais e estrangeiras, até 2009 como auditor e supervisor da PricewaterhouseCoopers e posteriormente como Partner da LLO.

Experiência adicional em trabalhos de (i) Fiscal Único, Presidente e membro auditor do Conselho Fiscal em empresas e instituições de média e grande dimensão (ii) assessoria financeira, nomeadamente reporting de informação financeira e prudencial em instituições financeiras e de outros sectores de atividade, controlo interno, controlo de stock e gestão de património, (iii) assessoria fiscal e (iv) gestão financeira.

LINGUAS

Fluente em Português, bons conhecimentos de Inglês como 2ª língua de trabalho na Cabeólica (oral/escrito) e razoável em Francês (oral/escrito).

OUTRAS ATIVIDADES

Ex-Vice-Presidente da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC), bem como ex-Presidente do Conselho Técnico.

ALGUNS TRABALHOS RELEVANTES EXECUTADOS NO ÂMBITO DA PwC

- ELECTRA – Auditoria e Membro Conselho Fiscal
- Grupo TECNICIL – Auditoria e Membro Conselho Fiscal
- TACV – Auditoria
- Vivo Energy (ex Shell Cabo Verde) - Auditoria
- INPS - Instituto Nacional de Previdência Social - Auditoria
- UNITEL T+ - Auditoria
- Grupo SITA (SITA e Simóvel) – Auditoria
- EMPROFAC - Auditoria
- Correios de Cabo Verde - Auditoria
- Grupo SOGEI – Auditoria
- Grupo FM Developments – Auditoria
- Grupo Cape Verde Developments – Assessoria Financeira
- Petrodis (ex Shell Bissau) – Auditoria e Assessoria Financeira
- ICV (Grupo Secil) - Auditoria
- Câmara Municipal da Praia – Auditoria
- Hotel Blumarin - Auditoria
- Ceris/Cavivel – Auditoria e Due Diligence
- VAS Cabo Verde (atualmente no Grupo Salvador Caetano) - Auditoria
- Guinetel – Auditoria e Assessoria Financeira
- Guiné Telecom – Auditoria e Assessoria Financeira

ALGUNS TRABALHOS RELEVANTES EXECUTADOS NO ÂMBITO DA LLO

- Caixa Económica de Cabo Verde – Presidente C.F. desde 2019
- RTC, Radio Televisão Caboverdiana- Fiscal Único desde 2018
- Imprensa Nacional de Cabo Verde – Fiscal Único desde 2018
- Pro Capital – Fiscal Único desde 2019
- M.J.Tech - Samsung Cabo Verde – Auditoria desde 2019
- Lobo Solar Cabo Verde – Auditoria desde 2018
- Sociedade Caboverdiana de Música – Auditoria desde 2018
- Projetos A.A.N. financiados pela União Europeia - Auditoria desde 2017
- Alimóvel, Gestão Imobiliária – Auditoria desde 2013
- SILMAC – Auditoria (2015 - 2018)
- Banco Interatlântico – Membro Auditor do Conselho Fiscal (2014-2017)
- EMPROFAC – Membro Auditor do Conselho Fiscal (2014-2017)
- TACV, Cabo Verde Airlines – Membro Auditor Cons. Fiscal (2015-2016)
- SDE - Sociedade Desenvolvim. Empresarial – Auditoria (2011, 2016)
- SOFHIS Gere, Soc. Gestora Fundos Invest. – Auditoria (2013-2016)
- OPACC - Ordem P. Auditores Contabilistas Cert. - Auditoria (2013-2015)
- Ministério da Saúde – Projeto financiado pela Suécia – Auditoria (2014)
- Banco BAI - Consultoria Financeira - reconciliação compensação (2015)
- Valor, Serviços Financeiros – Auditoria (2015)
- ACC - controlada pela Univ. Santiago – Auditoria (2013-2015)
- BFI, Banco Fomento Internacional (2013 e 2014) - Preparação e Reporte da informação financeira e prudencial ao Conselho de Administração e ao Banco de Cabo Verde
- ISCEE – Instituto Ciências Económicas Empresariais - Auditoria (2011)



CURRICULUM VITAE

DE

JOÃO AUGUSTO BARROS DE PINA

Preparado por João Augusto Barros de Pina

Praia, abril de 2022

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nome: João Augusto Barros de Pina

Data de nascimento: 3 de agosto de 1967

Nacionalidade: Caboverdiana

Filiação: José de Pina e Ana de Barros

Estado Civil: Solteiro

CNI: 19670803M002H

Experiência Profissional: 22 anos

Endereço Profissional: ASA Praia - Telefone: 2626430 –E-mail: joao.pina@ifh.gov.cv

Endereço Particular: Achada S. Filipe-Praia-Telefone: 9914299- E-mail: barrospina@hotmail.com

2. FILIAÇÃO EM ORGANISMOS PROFISSIONAIS

- 2000 até à presente data – Membro da OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde na categoria profissional de Contabilista Certificado.

3. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

- 2020 - Mestrado em Gestão das Instituições Financeiras – Curso de mestrado promovido pelo ISCEE - Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, em parceria com o ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

- 1995-1999 – Licenciatura em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

4 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Janeiro/22 à presente data – Diretor de Recursos da IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A;
- Janeiro/17 a dezembro/21 - Coordenador do Núcleo de Contabilidade da IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A;
- Setembro/14 a setembro/16 **–** Administrador Executivo do INGT – Instituto Nacional de Gestão do Território;
- Maio/2012 a agosto/2014 - Técnico Superior Principal, na Direção Financeira da IFH- Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A;
- Outubro/2006 a abril/2012 - Diretor Financeiro da IFH- Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A;
- Julho/2001 a setembro/2006 - Chefe da Divisão de Contabilidade da IFH- Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.;
- Janeiro/2000 a junho/2001- Técnico Superior, na Direção Financeira da IFH- Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A;
- Novembro/1999 a janeiro/2000 – Técnico Superior, no Departamento de Contabilidade e Património da Direção Financeira dos TACV-Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A;
- Dezembro/1993 a março/1995 – Diretor da Escola do Ensino Básico Complementar de João Teves – Órgãos, publicado no B.O., II Série – N° 3, de 17/01/94.

5- FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA

- 2019 - Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, realizado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais – ISCEE em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, com duração de 100 horas.
- 2018 - Curso sobre Benefícios Fiscais, ministrado pelo Dr. José António Matias Araújo, com duração de 12 horas, promovido pela OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

- 2017 - Curso sobre Encerramento de Exercício. Questões Contabilísticas e Fiscais no Quadro do IRPC, ministrado pelo Dr. José António Matias Araújo, com duração de 12 horas, promovido pela OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
- 2016 – Curso de Encerramento do Exercício de acordo com o novo código de IRPC, ministrado pelo Dr. José Miguel Rodrigues, com duração de 14 horas, promovido pela OPACC- Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;
- 2014 – Curso sobre Orçamento por Resultados – Instrumento da Gestão Orientada para a Criação de Valor Público, ministrado pelo professor, Claúdio Cintrão Forghieri da Fundap-Fundação do desenvolvimento Administrativo, promovido pelo Ministério das Finanças, com a duração de 20 horas.
- 2014 – Curso de Contabilidade para Micro-finanças, ministrado pela FAMEF, com duração de 40 horas.
- 2014 – Curso de Contabilidade Financeira Avançada, ministrado pelo Dr. José Miguel Rodrigues, com duração de 40 horas, promovido pela OPACC-Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;
- 2013 – Curso sobre Normas Internacionais de Contabilidade, com duração de 24 horas, ministrado pela Agence de Transfert de Technologie Financière - ATTF Luxembourg em colaboração com o Banco de Cabo Verde.
- 2012 - Curso sobre Encerramento de Contas no contexto do SNCRF, ministrado pelo Dr. José António Matias Araújo, com duração de 15 horas, promovido pela OPACC-Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;
- 2012 - Curso sobre Prática de Aplicação das Normas de Relato Financeiro, ministrado pelo Dr. José António Matias Araújo, com duração de 15 horas, promovido pela OPACC-Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;
- 2011 – Curso sobre o Impacto Fiscal da transição do Plano Nacional de Contabilidade (PNC) para o Sistema de Normalização e de Relato Financeiro (SNCRF), ministrado pela PWC-PriceWaterhouseCoopers, com duração de 7 horas;
- 2010 – Curso de Mini MBA “Controlo de Gestão”, ministrado por iiR Portugal, com duração de 21 horas;

- 2008 – Curso sobre As Normas Internacionais de Contabilidade e os Impactos Fiscais da sua Implementação, ministrado pelo Professor Doutor Rui Almeida e pela Professora Dra. Maria do Céu Almeida, docentes do ISCAL, promovido pelo ISCEE;
- 2008 - Curso sobre Elaboração, Avaliação e Financiamento de Projectos de Investimentos, ministrado pelo Professor Doutor Manuel José da Rocha Armada, promovido pelo ISCEE em parceria com a BVC;
- 2008 – Curso de Avaliação de Imóveis, promovido pela BVC- Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- 2003 - Curso sobre o IVA- Imposto Sobre o Valor Acrescentado, promovido pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos;
- 2000 – Cursos de Excel, Outlook e Internet, ministrados pela RAFE-Reforma Administrativa e Financeira do Estado;
- 1998 - Curso sobre Empreendedorismo – Identificação, Avaliação e Planeamento de um Novo Negócio, Escola de Novos Empreendedores da Universidade Federal de Santa Catarina;
- 1998- Curso de Simulação Comercial, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina;

6- ACTIVIDADE DOCENTE

- Ano letivo 2021/2022 - Professor de Análise Económica e Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2021/2022 - Professor de Finanças Empresariais, no ISCEE, no ISCEE
- Ano letivo 2021/2022 - Professor de Contabilidade Geral I, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Projeto Em Finanças Empresariais, no ISCEE
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Contabilidade Avançada, na Universidade Lusófona
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Contabilidade Geral II, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Finanças Empresariais, no ISCEE
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Análise Económica e Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Contabilidade Geral I, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Contabilidade de Operações Especiais, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2020/2021 - Professor de Controlo de Gestão, no ISCJS
- Ano letivo 2019/2020 - Professor de Projeto em Finanças Empresariais, no ISCEE

- Ano letivo 2019/2020 - Professor de Contabilidade Geral e Analítica, no ISCJS
- Ano letivo 2019/2020 - Professor de Cálculo Financeiro, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2019/2020 - Professor de Contabilidade de Gestão, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2019/2020 - Professor de Finanças Empresariais, no ISCEE
- Ano letivo 2019/2020 - Professor de Cálculo Financeiro, na Universidade Lusófona
- Ano letivo 2018/2019 - Professor de Projeto e Finanças Empresariais, no ISCEE
- Ano letivo 2018/2019 - Professor de Análise Económica e Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2018/2019 - Professor de Finanças Empresariais, no ISCEE
- Ano letivo 2018/2019 - Professor de Cálculo Financeiro, na Universidade Lusófona
- Ano letivo 2018/2019 - Professor de Contabilidade de Gestão, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2017/2018 – Professor de Contabilidade Financeira Intermédia, no ISCEE
- Ano letivo 2017/2018 – Professor de Análise Económica e Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2017/2018 – Professor de Contabilidade Analítica, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2016/2017 – Professor de Contabilidade Analítica, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2016/2017 – Professor de Projeto em Finanças empresariais, no ISCEE
- Ano letivo 2016/2017 – Professor de Introdução à Contabilidade, no ISCEE
- Ano letivo 2016/2017 – Professor de Análise Económica e Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2016/2017 – Professor de Cálculo Financeiro, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2015/2016 – Professor de Cálculo Financeiro, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2015/2016 – Professor de Contabilidade Pública, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2015/2016 – Professor de Projeto em Finanças Empresarias, no ISCEE
- Ano letivo 2015/2016 - Professor de Contabilidade Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2015/2016 – Professor de Análise Económica e Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2014/2015 – Professor de Projeto em Finanças Empresarias, no ISCEE
- Ano letivo 2014/2015 – Professor de Contabilidade Internacional, na Uni PIAGET
- Ano letivo 2013/2014 - Professor de Contabilidade Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2013/2014 - Professor de Introdução à Contabilidade, no ISCEE
- Ano letivo 2013/2014 - Professor de Cálculo Financeiro, no ISCEE

- Ano letivo 2013/2014 – Professor de Laboratório de Prática Contabilística I e III, Universidade de Santiago
- Ano letivo 2012/2013 – Professor de Contabilidade Financeira II, no ISCEE
- Ano letivo 2012/2013 – Professor de Laboratório de Prática Contabilística III, Universidade de Santiago
- Ano letivo 2012/2013 – Professor de Cálculo Financeiro, no ISCEE
- Ano letivo 2011/2012 – Professor de Cálculo Financeiro, no ISCEE
- Ano letivo 2011/2012 – Professor de Contabilidade Financeira IV, no ISCEE
- Ano letivo 2011/2012 - Professor de Laboratório e Prática Contabilística I- Universidade Santiago
- Ano letivo 2011/2012 – Professor de Análise económica e Financeira, no ISCEE
- Ano letivo 2010/2011 – Professor de Cálculo Financeiro Actuarial, no ISCEE
- Ano letivo 2010/2011 - Professor de Contabilidade Financeira I, no ISCEE
- Ano letivo 2010/2011 - Professor de Análise Financeira, na Universidade de Santiago
- Ano letivo 2010/2011 - Professor de Contabilidade Geral III, na Universidade de Santiago
- Ano letivo 2010/2011 – Professor de Contabilidade Avançada, na Universidade de Santiago
- Ano letivo 2010/2011 – Professor de Cálculo Financeiro, na Universidade de Santiago
- Ano letivo 2009/2010 - Professor de Contabilidade Financeira I, no ISCEE
- Ano letivo 2009/2010 – Professor de Contabilidade Geral I, na Universidade de Santiago
- Ano letivo 2009/2010 – Professor de Contabilidade Geral II, na Universidade de Santiago
- Ano letivo 2009/2010 – Professor de Cálculo Financeiro, na Universidade de Santiago
- Ano letivo 1993- 1995 – Diretor da Escola do Ensino Básico Complementar de João Teves – Órgãos
- Ano letivo 1992-93- Secretário do Conselho Diretivo da Escola do E.B.C. João Teves - Órgãos
- Ano letivo 1991-93- Professor, Disciplina de Português, 1° e 2° Ano, Escola do EBC de João Teves – Órgãos

7- CONHECIMENTO DE LÍNGUAS

- Domínio da língua cabo-verdiana, enquanto língua materna
- Excelente conhecimento da língua portuguesa a nível de leitura escrita e conversação
- Conhecimento razoável da língua inglesa a nível de leitura, escrita e conversação
- Conhecimento razoável da língua francesa a nível de leitura, escrita e conversação

8- CONHECIMENTO DE INFORMÁTICA PARA UTILIZADOR

- Bom conhecimento do Software de escritório Microsoft Office: MS-Word e MS-Excel
- Bom conhecimento dos Softwares de gestão da contabilidade: XTDC, SAC, PRIMAVERA e G3I.

9- PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- 1997 – XI Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis, PUC de Campinas;
- 1997 – Painel UFSC Sobre Softwares e Administração Tributária;
- 1997 – Palestra - Custo Padrão e Intercâmbio Brasil - Espanha;
- 1996 – IV Ciclo de Palestras Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina;

10- FORMAÇÕES MINISTRADAS

Ano 2020 - Formação sobre Encerramento de Exercício. Questões Contabilísticas e Fiscais no Quadro do IRPC, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2019 - Formação em Contabilidade Avançada, com duração de 20 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2019 - Formação em Análise Económica e Financeira, com duração de 16 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2019 - Formação sobre Encerramento de Exercício. Questões Contabilísticas e Fiscais no Quadro do IRPC; promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2018 - Formação em Contabilidade e Análise Financeira, com duração de 25 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2018 - Formação sobre Encerramento de Exercício. Questões Contabilísticas e Fiscais no Quadro do IRPC;

Ano 2017 - Formação em Contabilidade Avançada, com duração de 20 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2016 - Formação em Contabilidade Avançada, com duração de 20 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2015 – Formação em Análise Económica e Financeira, com duração de 40 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2015 - Formação em Contabilidade Avançada, com duração de 40 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados;

Ano 2014 - Formação em Contabilidade Avançada, com duração de 40 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

Ano 2013- Formação em Contabilidade Avançada I, com duração de 40 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados.

Ano 2012- Formação em Contabilidade da Actividade de Construção Civil com duração de 12 horas, promovido pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados realizada na Praia.

Ano 2012- Formação em Contabilidade da Actividade de Construção Civil de 15 e 16 de novembro de com duração de 12 horas, promovida pela OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados realizada no Mindelo.

Ano 2012- CURSO: Contabilidade e o novo Sistema de Normalização Contabilística, com duração de 24 horas, dirigido aos técnicos dos serviços das Contas Nacional, das Empresas e da Direcção Administrativa e Financeira do INE, promovido pela empresa Mundiserviços.

11- TRABALHOS CIENTÍFICOS REALIZADOS

- Dissertação para obtenção do grau de mestrado em Gestão das Instituíções Financeiras, pelo ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, em parceria com o ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, em 2020, sobre o tema "**Tratamento contabilístico do *Goodwill* - Os casos do Grupo CGD, Galp Energia SGPS e EDP – Energias de Portugal**".

- Monografia para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, em 1999, sobre o tema "**Avaliação e contabilização do *Goodwill***".

12- ATESTAÇÃO

Eu, abaixo-assinado, João Augusto Barros de Pina, declaro por minha honra que as informações constantes deste Curriculum Vitae dão conta fielmente das minhas habilitações, experiência e situação profissional.

Assinatura:



_____Data: **20 de dezembro de 2021**

CURRICULUM VITAE



INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares
Morada	Achada São Filipe – Praia
Telefone / Telemóvel	925 36 16
Correio electrónico	ssemedotavares@hotmail.com;
Data de nascimento	12/12/1982

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• Datas	Dezembro 2011 até presente data
• Nome e endereço do empregador	**Unidade de Gestão de Projectos Especiais – Ministério das Finanças – Chã de Areia**
• Função	Contabilista (*Lançamentos das operações contabilísticas no software TOMPRO, analises de balancetes, execução de relatórios financeiros, preparação de orçamentos, gestão de contratos, preparação de pedidos de desembolso para financiadores externos).*
• Datas	De Outubro 2018 à Presente data
• Nome e endereço do empregador	SMT Contas – Sociedade Unipessoal, Lda
• Função	Sócia Gerente (Técnica de Contas No.524)

• Datas	Outubro 2011 até Dezembro 2014
• Nome e endereço do empregador	GB Consultoria, Lda - Plateau
• Função	Consultora Independente (Lançamentos de operações contabilísticas no software Primavera, Analise de balancete, correcções de lançamentos, apuramento de Iva)

• Datas	Fevereiro 2011 até a Dezembro 2018
• Nome e endereço do empregador	**Andremo – Comercio Internacional e Representações Lda; Miro Corporation, S.U. Lda; Fiéis e Construções Lda;**
• Função	Técnica de contabilidade (Lançamento *de operações contabilistas no software Primavera, apuramento do Iva, preenchimento dos mapas de desconto no âmbito da previdência social e da retenção na fonte, encerramento de contas, Preenchimento e Entrega do Modelo 1B, Ivas, IRPS e respectivos anexos).*

• Datas	Outubro 2010 a Maio 2011
• Nome e endereço do empregador	**Às d' Oro, Lda - Praia**
• Função	Técnica de contabilidade (Lançamento *de operações contabilistas no software Sage Contaplus, apuramento do Iva, preenchimento e dos mapas de desconto no âmbito da previdência social e da retenção na fonte).*

• Datas	Setembro 2009 a Agosto 2010
• Nome e endereço do empregador	**Saldo +, Lda - Avenida Santiago e Filial na ilha do Sal**
• Função	Responsável da Filial do Sal; Técnica de Contabilidade *(Lançamentos de operações contabilísticas no software Primavera, apuramento e entrega do Iva, processamento de salários no modulo gestão do pessoal do software Primavera, preenchimento, entrega e pagamento das retenções na fonte através do GP10, preenchimento e entrega e pagamento dos descontos efectuados no âmbito da previdência social, preenchimento de mapas de amortização, análise de balancetes mensais);* Gestora de Condomínios *(Emissão de facturas e recibos dos condóminos no modulo facturação e tesouraria do software Primavera, gestão da conta corrente, lançamento das despesas no modulo de contabilidade do software Primavera, reflexão dos gastos na contabilidade Analítica).*
• Datas	Junho 2008 a Setembro 2008
• Nome e endereço do empregador	**Audinveste Lda. /RLGM SROC, Lda – Entroncamento Portugal.**
• Função	Estagiária no âmbito da Licenciatura em contabilidade e Fiscalidade: (*Classificação e lançamento dos documentos no software Geslógica; apuramento e envio electrónico das declarações fiscais; preenchimento e envio de circularização a clientes, fornecedores e entidades bancárias; controlo e arquivo das respectivas circularização; preparação do dossier corrente, controlo do dossier permanente; arquivo dos papéis de trabalho.)*
• Datas	Abril 2005 a Dezembro 2006
• Nome e endereço do empregador	**Terminal Comput, lda – Lisboa, Portugal**
• Função	Auxiliar de contabilidade *(Lançamentos de operações contabilísticas no software Sage Linha 50, apuramento e entrega electrónica do Iva, da retenção na fonte, dos mapas do pessoal e preenchimento e entrega electrónica do Imposto sobre Rendimentos Singulares (IRS) e imposto sobre Rendimentos Colectivos (IRC)).*

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

• Datas	Dezembro 2019
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**MentalTop – Training & Consulting Lda (Portugal)**
• Titulo da Formação	Auditoria e Controlo Interno
• Datas	Fevereiro 2017
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresarias**
• Designação da qualificação atribuída	Pós-Graduação em Fiscalidade
Datas	Outubro 2015
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**OPAC CV**
Título da Formação	Fiscalidade Cabo-verdiana
• Datas	Setembro 2015
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**IPROF - Instituto De Formação Profissional Lda**
• Título da Formação	Financial Management / Project Budgeting and Cost Control / Financial Audit
• Datas	Julho 2013
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**Banque Africaine de Developpement**
• Título da Formação	Atelier national sur la gestion financière et les décaissement concernant le mise en œuvre des projets

• Datas	Setembro 2012
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**Institut de Formation Cifope – Paris**
• Título da Formação	Utilisation optimale du logiciel TOMPRO Windows
• Datas	Outubro 2006 a Julho 2009
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**Instituto Superior de Gestão de Santarém – Portugal**
Designação da qualificação atribuída	Licenciada em Contabilidade e Fiscalidade
• Classificação obtida	Média de 15 valores.
• Datas	Abril 2004 a Abril 2005
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**CITEFORMA (Centro de Formação Profissional dos trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias) – Portugal**
• Designação da qualificação atribuída	Curso de Técnico de Contabilidade, de longa duração (1500 horas), nível III
• Classificação obtida	Média de 17 valores
• Datas	Fevereiro 2003 a Fevereiro 2004
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo do Seixal**
• Designação da qualificação atribuída	Socorrista de 3ªClasse (Tripulante de Ambulância)
• Classificação obtida	16 Valores
• Datas	Outubro 2000 a Fevereiro 2003
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Portugal**
Designação da qualificação atribuída	Curso Incompleto – Gestão de Empresas

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS

PRIMEIRA LÍNGUA	Português
OUTRAS LÍNGUAS	Conhecimentos médios de Inglês e Francês A nível oral, escrito e compreensão

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

Bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador, designadamente; processamento de texto, Base de Dados, Folhas de Calculo, Apresentações Electrónicas, Internet

Bons conhecimentos de Softwares de Contabilidade nomeadamente; Primavera Profissional, Sage Linha 50, Sage ContaPlus,

Bons conhecimentos do Software de Gestão de Projectos TOMPRO e TOM2PRO;

Fiscal Único Suplente da Caixa Económica de Cabo Verde;

Tecnico de Contas certificado pela OPACC No.524.

CURRICULUM VITAE

NOME: António Pedro Gomes Silva

DATA DE NASCIMENTO: 25 de Setembro de 1966

NACIONALIDADE: Cabo-verdiana

ESTADO CIVIL: Casado

ENDEREÇO: Alto S.Nicolau – S. Vicente – Cx. Postal nº 928.

TELEFONE: 00 – 238 – 231 86 44
TELEMÓVEL: 992 65 61 / 918 67 07

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- 1995 / 1998 – Bacharelato em **Contabilidade e Administração** pelo Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias;
- 1998 / 1999 – Licenciatura em **Economia** pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

- Sistema Operativo – MS – DOS
- Utilitários para PC`s – Windows, Excel, Word, Access

CONHECIMENTOS DE LÍNGUAS

- Conhecimentos de Inglês e Francês

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Estágio desenvolvido no Departamento de Contabilidade do Montepio Geral - Lisboa, Agosto e Setembro de 1997 e Outubro de 1998;
- Estágio desenvolvido no Departamento Administrativo e Financeiro da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, Novembro de 1998;
- Estágio desenvolvido no Departamento de Contabilidade do Grupo Óasis – Atlântico, Lisboa, Novembro de1999;
- Assistente Financeiro - Shell Cabo Verde de Janeiro de 2000 a Dezembro de 2004.

- Sócio/Gerente da Firma **FINACONTA UNIPESSOAL, LDA** desde Janeiro 2004, (empresa que presta serviço em Contabilidade e Auditoria).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Curso de Formação em 'Análise de Balanços' na ACIAB (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento) em S. Vicente, Julho 2001.

- Docente da disciplina de Contabilidade Financeira I – Curso de Bacharelato em Contabilidade - Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, ano lectivo 2001/2002.

- Técnico de Contas, inscrito legalmente na Direcção Geral das Contribuições e Impostos, publicado no B.O. nº3 em 22 de Janeiro de 2003.

- Curso de Formação em "IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado", Abril 2004.

- Docente da disciplina de Fiscalidade – Escola Industrial e Comercial do Mindelo, desde 2007 até à presente data.

- Docente da disciplina de Contabilidade Financeira – Curso de Bacharelato em Contabilidade Administração e Auditoria – Universidade Lusófona Baltazar Lopes da Silva, desde Outubro de 2007 até Julho de 2011.

- Formação em Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro e do Novo Plano Contabilístico que entrou em Vigor em Jan 2009 – ISCEE, Março de 2009

- Docente da disciplina de Contabilidade Financeira – Curso de Economia e Gestão – Universidade Jean Piaget desde Outubro de 2008 até à presente data.

- Fiscal Único da SGZ, desde 2008 até à presente data;

- Membro do conselho Fiscal da FIC desde 2010 até à presente data;

- Membro do conselho Fiscal da Enacol, SA, desde 2011 até à presente data.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Introdução

Nos termos do artigo 2º do Aviso 7/2017 emitido pelo Banco de Cabo Verde e do artigo 2º do Regulamento 1/2016 emitido pela AGMVM, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o parecer sobre o Relatório de Governo Societário (RGS) da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), relativo ao ano de 2021.

Em conformidade com o referido aviso e regulamento, o RGS visa divulgar a estrutura e as práticas de Governo Societário adotadas, bem como o grau de acolhimento das recomendações previstas no Código de Governo Societário das Instituições Financeiras, no Aviso 6/2017 emitido pelo Banco de Cabo Verde e no Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários.

2. Responsabilidades

O Conselho de Administração é responsável pela implementação dos princípios e recomendações constantes do Código de Governo das Instituições Financeiras e do Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários, indicando as recomendações que foram acolhidas pela Caixa e fundamentando as que não foram. Cabe ainda ao Conselho de Administração a preparação do RGS numa base anual.

Compete ao Conselho Fiscal, emitir o parecer sobre o RGS, designadamente se o mesmo cumpre com o modelo estabelecido nos anexos do Aviso 7/2017 e do Regulamento 1/2016 e se o conteúdo do RGS é completo, verdadeiro, atual, claro e objetivo.

3. Âmbito

O Conselho Fiscal acompanhou diversas questões consideradas relevantes para o cumprimento dos princípios, recomendações e boas práticas a nível do Controlo Interno e do Governo Societário.

No âmbito da ação Fiscalizadora, o Conselho Fiscal obteve relatórios anuais e os reportes regulares relevantes de todas as áreas funcionais com responsabilidades no desempenho e avaliação da eficácia e eficiência do modelo de Governo Societário e no Sistema de Controlo Interno no geral, tendo ainda realizado reuniões com a DFI – Direção Financeira e Internacional, a DICS - Direção de Informática, Comunicação e Segurança, o GAI – Gabinete de Auditoria Interna, o GFC – Gabinete Função Compliance, e o GPC – Gabinete de Planeamento e Controlo, e ainda com os auditores externos, a Comissão Executiva e o Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal analisou ainda a estrutura e a informação contida no RGS da Caixa relativo ao ano de 2021.

O Conselho Fiscal entende que os procedimentos efetuados permitem uma base aceitável para emissão de um parecer nos termos do Aviso 7/2017 e do Regulamento 1/2016.

4. Recomendações Não Acolhidas ou Acolhidas Parcialmente

De uma forma global, o Conselho Fiscal verificou que a Caixa acolhe as recomendações constantes do Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários, bem como as decorrentes do Código de Governo das Instituições Financeiras, e existe o firme compromisso de implementar medidas concretas nos casos excecionais onde em 2021 ainda não acolhia.

O RGS apresentado refere que as recomendações acolhidas parcialmente relacionam-se em concreto com (i) o facto da avaliação das opções tomadas em matéria de modelo de Governo Societário e de estrutura orgânica interna ser efetivamente realizada anualmente, mas não haver evidências, (ii) a não divulgação de alguma informação sobre Governo Societário no sítio de internet e (iii) o facto da Política de avaliação e seleção aprovada carecer de critérios específicos para efeito da avaliação de desempenho e de limites máximos para todas as componentes da remuneração.

5. Parecer do Conselho Fiscal

Sem prejuízo das situações realçadas no ponto 4, face ao exposto neste parecer e em resultado dos trabalhos desenvolvidos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- A estrutura do Relatório de Governo Societário apresentado cumpre com o modelo estabelecido nos anexos do Aviso 7/2017 e do Regulamento 1/2016;
- O conteúdo do Relatório de Governo Societário apresentado é completo, verdadeiro, atual, claro e objetivo.

Praia, 14 de julho de 2022.

O Presidente do Conselho Fiscal



Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes
Auditor Certificado n.º 31

O Vogal do Conselho Fiscal



João Augusto Barros de Pina
Contabilista Certificado n.º 352

A Vogal do Conselho Fiscal



Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares
Contabilista Certificada n.º 524